



Capacitar jovens adultos com Necessidades Educativas Especiais



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

Este projeto (2017-1-PT01-KA204-035904) foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. A informação reflete os pontos de vista dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO: ESTADO DA ARTE | 5 |
| O EMPREENDEDORISMO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES..... | 13 |
| A EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO PARA JOVENS ADULTOS COM NEE | 20 |
| POLÍTICAS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO DE ALUNOS COM NEE..... | 27 |
| BOAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA | 32 |
| DESAFIOS NO ENSINO DO EMPREENDEDORISMO A JOVENS ADULTOS COM NEE..... | 42 |

INTRODUÇÃO

O Empreendedorismo pode ser definido como a capacidade de implementar ideias através da criatividade, autoconfiança, abertura à inovação, capacidade de planificar, administrar, arriscar. O objetivo da educação para o empreendedorismo é desenvolver, então, as aptidões necessárias nos jovens para que se tornem membros de uma comunidade, vivendo de forma autónoma e atuando positivamente, no seu próprio interesse, para o benefício da sua família e da sociedade, a fim de poder assumir a responsabilidade e viver numa sociedade baseada numa economia de mercado.

Em 2015, a Rede Europeia de Educação para o Empreendedorismo (EE-HUB)¹ foi criada com o principal objetivo de ser um ponto central na educação para o empreendedorismo na Europa, reunindo organizações e indivíduos dos setores público e privado, com grande experiência e resultados em educação para o empreendedorismo a nível regional, nacional e europeu. O EE-HUB foi concebido como um espaço onde estas partes interessadas podem trabalhar em cooperação de modo a aumentar o número de atividades empreendedoras nas escolas em toda a Europa.

A pesquisa realizada sobre o impacto da educação para o empreendedorismo nos jovens com deficiência mostra os seguintes benefícios²:

- **Oportunidade de realizarem formação em contexto de trabalho:** experiências de trabalho para jovens com deficiência durante o ensino secundário ajudam-os a conseguir melhores empregos depois de se formarem. Além disso, jovens ao abrigo da Educação Especial que participam em atividades de educação ocupacional em contextos integrados têm mais oportunidades de serem competitivos ao nível da empregabilidade do que jovens que não participam em tais atividades.
- **Oportunidade de exercer a liderança e desenvolver aptidões interpessoais:** ao iniciar uma pequena empresa ou uma empresa simulada na escola, os jovens com deficiência podem liderar e experimentar diferentes funções. Além disso, aprendem a comunicar as suas ideias e a influenciar os outros de forma eficaz por meio do desenvolvimento de competências de autodefesa e de resolução de conflitos. Além disso, aprendem a ser membros de uma equipa, a resolver problemas e a pensar de forma crítica - capacidades bastante valorizadas pelos empregadores, no atual mercado de trabalho, bastante competitivo. Mentores, incluindo mentores de pares com e sem deficiência, podem ajudar os jovens a desenvolver essas competências.
- **Oportunidade para desenvolver competências ao nível do planeamento, da literacia e gestão financeira:** a capacidade de definir metas e fazer a gestão do tempo, do dinheiro e de outros recursos são competências empreendedoras importantes e que são úteis em qualquer local de trabalho. Para os jovens com deficiência, aprender gestão financeira, incluindo o conhecimento sobre os incentivos disponíveis no mercado de trabalho, é essencial para que possam beneficiar desses fundos nacionais.

¹ www.ee-hub.eu

² www.dol.gov/odep/pubs/fact/entrepreneurship.htm

Neste contexto, o projeto SENpower - Empoderamento de jovens adultos com Necessidades Educativas Especiais -, Parcerias Estratégicas para a Educação de Adultos no âmbito do programa Erasmus + KA2 da Comissão Europeia, visa capacitar uma percentagem significativa de jovens adultos com Necessidades Educativas Especiais (SEN), de competências empreendedoras e levando o conceito de empreendedorismo a este grupo alvo em Portugal, Lituânia, Chipre, Espanha e Itália.

O primeiro resultado do projeto é o Guia para a Educação e Desenvolvimento do Empreendedorismo para jovens adultos NEEs, e resulta de um trabalho de pesquisa realizado em todos os países participantes. Contém as seguintes seções:

- **Educação para o Empreendedorismo: Estado da arte**
- **O Empreendedorismo nos currículos escolares**
- **A Educação para o Empreendedorismo para jovens adultos com NEE**
- **Políticas Nacionais de integração de alunos com NEEs**
- **Boas Práticas de Educação Inclusiva**
- **Desafios na Educação para o Empreendedorismo a jovens adultos com NEEs**

EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO: ESTADO DA ARTE

CHIPRE

O Chipre está a crescer rapidamente em direção a uma nova era económica com grande potencial. Tendo conseguido superar a crise financeira num curto período de tempo, o Chipre vive agora um novo período de crescimento económico, sendo o empreendedorismo considerado como uma prioridade no país. As atuais condições de mercado do Chipre apontam para a necessidade de estimular a mentalidade empreendedora dos jovens, incentivando o desenvolvimento de empresas inovadoras e apoiando um ecossistema favorável ao empreendedorismo e às atividades empresariais. Em 2015, o governo do Chipre introduziu uma Política Nacional de promoção de um Ecossistema Empreendedor com o objetivo de contribuir para o crescimento económico do país, fornecendo condições adequadas para o desenvolvimento com sucesso de iniciativas empresariais, com valor acrescentado para a economia em geral. O principal objetivo é o de contribuir efetivamente para este esforço, facilitando, apoiando, complementando e juntando as iniciativas relevantes já realizadas pelo setor privado e público.

No caso da Educação para o Empreendedorismo, o desenvolvimento tem sido lento, no entanto, há uma perceção geral positiva sobre o empreendedorismo: 72,7% da população considera o empreendedorismo e a criação da própria empresa como uma boa escolha de carreira, 65,7% percebem que os empreendedores detêm um status importante na sociedade e 42,4% acreditam que os meios de comunicação social dão uma atenção adequada às questões sobre o empreendedorismo. Em 2016, 35,9% da população no Chipre considera que existem boas oportunidades para iniciar um negócio e cerca de um em cada dois indivíduos (52,4%) considera que tem capacidade para iniciar um novo negócio. No entanto, 50,2% da população tem medo de falhar³. Existe uma intenção empreendedora considerável, pois 16,7% da população pretende iniciar um negócio nos próximos três anos, na respetiva área de residência. Este número é superior ao valor médio correspondente na Europa (11,9%).

O Chipre ocupa a 3ª posição na Europa em termos do seu de Atividade Empresarial Inicial (AEI), que é de 12%. O AEI no Chipre inclui recém empresários (7,6%) e recém donos de empresas (4,5%). A atividade empreendedora dos empregados (AEE), que inclui a atividade intraempreendedora, dentro das organizações, é de 5,6% no Chipre. A taxa média europeia correspondente é de 4,4%.

ITÁLIA⁴

Em Itália, não há estratégia no âmbito da educação para empreendedorismo, além de alguns cursos universitários, como cursos em Economia e Comércio ou exames específicos na área das ciências sociais e humanas, como por exemplo, Direito Comercial na Faculdade de Direito. No entanto, supõe-se que os alunos no final do ensino secundário tenham adquirido aptidões, conhecimentos e

³ GEM Global 2016/2017 7 Profile of entrepreneurs in Cyprus

⁴ www.cnos-fap.it

competências empreendedoras. A modalidade de Formação em contexto de trabalho simulado como uma variante da aprendizagem em alternância foi, depois, introduzida no sistema educativo.

O Decreto-lei de 22 de agosto de 2007 introduz no sistema educativo italiano as competências-chave indicadas pela Recomendação Europeia sobre a importância e abordagem do empreendedorismo. A sétima das oito competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida divide-se em competências distintas: 1) conceber, ou seja, desenvolver e implementar projetos relativos ao desenvolvimento de atividades no âmbito da área de estudos, utilizando os conhecimentos adquiridos para estabelecer objetivos significativos, definir estratégias de ação e verificar os resultados alcançados; 2) agir de forma autónoma e responsável: autónoma porque devemos afirmar os nossos direitos e necessidades, mas também responsáveis, porque devemos reconhecer os dos outros; e 3) resolver problemas: em caso de problemas, construir hipóteses, identificar recursos para resolvê-los, recolher dados e propor soluções.

Em Itália, como no resto do mundo, foram introduzidos cursos de aprendizagem certificados nos últimos dois anos do ensino secundário, caracterizados pela valorização das experiências adquiridas em contexto de trabalho. O decreto-lei de 12 de setembro de 2013 nº 104 estabelece as bases para um programa experimental destinado a estudantes dos últimos dois anos do ensino secundário, propiciando períodos de formação em contexto de trabalho com contratos de aprendizagem. Alunos do ensino secundário, graças a protocolos estabelecidos com empresas interessadas, Regiões e Ministérios da Educação e Emprego, podem formar-se através de um contrato de aprendizagem, realizando um curso de formação em sistema dual, i.e., alternando a aprendizagem entre a escola e uma empresa.

O Decreto lei nº 77 de 15 de abril de 2005, por outro lado, introduziu a alternância trabalho-escola para permitir que os alunos realizassem os estudos do segundo ciclo alternando com períodos de estudo e trabalho. O objetivo é fazer os alunos entenderem como o mundo do trabalho funciona e inseri-los nesta realidade. A fórmula é a aprendizagem formal (na sala de aula) e depois "no local", ou seja, em contexto de trabalho real. Isto favorece a educação para o empreendedorismo. Também pode sensibilizar os alunos para o conceito de trabalho individual e de grupo e para a perspetiva de negócio próprio como uma possível escolha futura de trabalho.

O sistema dual prevê, também, o uso de metodologias de Formação Simulada em contexto de trabalho (FSCT), que envolve a aprendizagem de processos de trabalho através da simulação da gestão de empresas virtuais, operando numa rede assistida por empresas reais. Desta maneira, os estudantes tornam-se protagonistas do seu primeiro processo de aprendizagem no âmbito de escolhas conscientes. O FSCT desenvolve uma estreita colaboração entre escolas e empresas da área, de modo a implementar processos de simulação de negócios e incentivar o teste desses projetos em empresas locais.

No contexto extracurricular, existem tendências diferentes que têm propósitos distintos e que correspondem a diferentes perspetivas de intervenção. Os principais objetivos que correspondem às atividades realizadas em contexto extracurricular são: 1) desenvolver a empatia perante características do empreendedor, ou seja, apreender conceitos básicos relacionados com o empreendedorismo sem a intenção de aplicá-los diretamente; 2) estimular o espírito, o talento e as competências empreendedoras de modo a identificar os verdadeiros interesses empreendedores dos

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

estudantes e suas atitudes; 3) reforçar a atitude de mudar, isto é, incentivar os alunos a melhorar; 4) simular um dia em que assuma o papel de empreendedor; 5) aprender a reconhecer e utilizar oportunidades de mercado e planificar planos de ação; 6) adquirir conhecimentos úteis para iniciativas empreendedoras, ou seja, adquirir conhecimentos e conceitos-chave relacionados com o mundo de negócios; e 7) incentivar o aparecimento de novas empresas ou iniciativas empresariais.

LITUÂNIA⁵

A educação para o empreendedorismo faz parte da estratégia nacional no ensino geral na Lituânia. Em 2002, a Carta das Pequenas Empresas foi aprovada na Estratégia Nacional da Lituânia (2003-2012), e o empreendedorismo foi considerado como algo essencial para ser desenvolvido em todos os níveis de ensino. O objetivo da Estratégia de Empreendedorismo (2010-2020) é a criação de uma sociedade criativa, condições favoráveis para negócios e inovação. A Lituânia estabeleceu o Plano de Ação (2014-2020) para a promoção do empreendedorismo. O objetivo deste plano estratégico é garantir um crescimento constante do nível de empreendedorismo na Lituânia, criando uma educação empresarial consistente e contínua, um ambiente favorável para o arranque e expansão de negócios, melhoria da acessibilidade dos serviços públicos a todas as empresas, da imagem do empresário na sociedade e promover grupos-alvo e empreendedorismo social prestando mais atenção às regiões periféricas do país.

Por outro lado, a Política Nacional da Juventude (2011-2019) funciona como um programa complexo que abrange várias políticas de juventude. O objetivo deste programa é criar um ambiente favorável para os jovens na Lituânia. Este documento revela que a orientação da juventude para a Formação Profissional, bem como o empreendedorismo juvenil são questões importantes no país. Por conseguinte, é necessário garantir melhores condições para a ocupação dos jovens: incentivar o empreendedorismo económico e social, criar melhores condições para a participação dos jovens no mercado de trabalho e combinar compromissos familiares com o trabalho.

De acordo com a Estratégia "Lituânia 2030", os atores no plano económico são incentivados a prestar mais atenção à educação para o empreendedorismo e apoiar a criação de empresas. Qualquer cidadão empreendedor deve beneficiar de oportunidades para iniciar seu próprio negócio e implementá-lo com sucesso, assim como ser ativo em ambientes de trabalho e de aprendizagem. Só então será criado valor acrescentado em entidades baseadas na inteligência e em produtos e serviços inovadores. Além disso, ressalta-se que é essencial formar uma opinião pública positiva sobre negócios e empreendedorismo.

No que se refere à juventude e à Educação para o Empreendedorismo, foi desenvolvida a Estratégia Nacional de Educação e Promoção do Empreendedorismo Juvenil (2008-2012). O objetivo deste programa é criar um sistema consistente e eficaz para fomentar o empreendedorismo nos jovens. Este

⁵Baryniénė J., Paužaitė Ž., Cibulskaitė J. (2014) Political and Legal Initiatives for Systemic Education of Entrepreneurship. Available at: https://www.mruni.eu/upload/iblock/3c3/011_baryniene_pauzaite_cibulskaitė.pdf; Lietuvos Respublikos Socialinės apsaugos ir darbo ministerija (2018). Jaunimo politika. Available at: <https://socmin.lrv.lt/lt/veiklos-sritys/jaunimo-politika>; Lithuanian Innovation Strategy 2010-2020 (2010). Available at: http://www3.lrs.lt/pls/inter3/dokpaieska.showdoc_l?p_id=365849&p_query=&p_tr2=; Lithuanian National Strategy on Education 2013-2022 (2018). Available at https://www.sac.smm.lt/wp-content/uploads/2016/02/Valstybine-svietimo-strategija-2013-2020_svietstrat.pdf; The Advancement Strategy 'Lithuania 2030' (2018). Available at: <https://www.lietuva2030.lt>; The concept of innovative entrepreneurship (2018). Available at: <http://www.smm.lt/uploads/documents/Pedagogams/2016isakymaNovatoriverslumo.pdf>

programa definiu vários objetivos a serem implementados: criar, implementar e melhorar as ferramentas de educação empreendedora; fomentar a criação de empresas entre os jovens; Implementar a monitorização do empreendedorismo jovem e informar as instituições governamentais e a sociedade em geral sobre os incentivos ao empreendedorismo na Lituânia.

A atual Estratégia Nacional Lituana de Educação 2013-2022 mantém o foco na educação para o empreendedorismo e criatividade, colocando-os como prioridades. A estratégia reconhece explicitamente a educação para o empreendedorismo em todos os níveis escolares, como parte das disciplinas "Descoberta do Mundo", "Matemática", "Geografia", "Tecnologias" e "História". Além disso, nas escolas secundárias, existe uma disciplina "Economia e educação para o empreendedorismo", que é obrigatório no nível secundário inferior e opcional no nível secundário superior. O principal objetivo dessas disciplinas é ensinar os alunos sobre economia, pensamento económico e ajudá-los a desenvolver competências empreendedoras e a capacidade de pensar e agir com sucesso num ambiente económico, em constante mudança. Além disso, está disponível um vasto leque de materiais pedagógicos para escolas e professores, por exemplo, através dos portais do Centro de Desenvolvimento da Educação ou do Website de Informação sobre Formação Profissional para Alunos e, ainda, a Euroguidance.

Na Lituânia, existem vários projetos a decorrer que apoiam o empreendedorismo dos jovens. Por exemplo, há organizações juvenis, ONGs e outras organizações que visam aumentar a educação e a formação de competências empreendedoras juvenis. Realizam-se, também, conferências, seminários e workshops que visam promover um espírito empreendedor na juventude e nos cidadãos da Lituânia. A partir de 2013, o "Vsi Versli Lietuva" ("Empresa Lituânia") iniciou uma iniciativa para financiar as primeiras empresas de jovens, concentrando-se principalmente no potencial de exportação. Além do financiamento, existe a possibilidade de receber informação gratuitamente sobre diversos assuntos como marketing, finanças ou contabilidade.

Atualmente, o conceito de empreendedorismo inovador está a ser introduzido nas escolas gerais de educação. A essência do conceito de educação para o empreendedorismo inovador está no uso de novas tecnologias digitais para a aprendizagem e na promoção da capacidade dos alunos para criarem recursos digitais. O objetivo é fomentar a iniciativa e a criatividade entre os jovens empreendedores através do método de aprendizagem baseado em projetos, ou seja, aprender a abordar problemas sociais, culturais e económicos através da implementação de projetos, usando mais ferramentas práticas de aprendizagem do que livros didáticos e promovendo um contato mais próximo com representantes de empresas. O conteúdo da educação para o empreendedorismo inovador visa complementar o conteúdo do ensino primário, básico e secundário. Os alunos do 1º ao 4º ano aprendem a explorar, a aprender, a construir, a criar jogos e inovações tecnológicas sociais elementares, aprendem a apresentar as suas conquistas e resultados a colegas e a aplicá-los no seu contexto. Os alunos do 5º ao 10º ano aprendem a realizar trabalhos práticos, a desenvolver inovações sociais e tecnológicas, desenhos animados, jogos de computador, filmes educativos, aprofundar outras competências de comunicação social, a lidar e a construir robôs, etc. Também visa garantir que os alunos aprendam a verificar a utilidade das suas atividades, a implementar as ideias mais úteis em locais reais e a apresentar os resultados aos seus pares. Os alunos do 11º ao 12º anos aprendem como criar Aplicações para dispositivos móveis e outros produtos ou serviços inovadores, a conhecer as

peculiaridades da organização empresarial, a pesquisar o grupo-alvo de consumidores, a aprender a "recrutar" e vender suas ideias.

O objetivo é que os alunos que concluírem o nível secundário tenham as aptidões necessárias para desenvolver ideias inovadoras, envolver os parceiros sociais e potenciais investidores e ter outras competências necessárias para a criação e desenvolvimento de negócios. A aprendizagem baseada no conceito de educação para o empreendedorismo inovador é organizada em laboratórios criativos equipados com quadros interativos, tablets e computadores, câmaras digitais, impressoras 3D e óculos 3D, robôs designers e outras ferramentas modernas. A aprendizagem é usada para tecnologias de comunicação e informação, por exemplo, ambiente de aprendizagem virtual, recursos digitais públicos e privados. O objetivo é que os alunos que terminem os seus estudos no conceito de educação empreendedora inovadora tenham mais competências empreendedoras, possam entender os princípios de negócios inovadores e possam aplicá-los nas suas decisões de carreira; também as crianças do 1º ciclo compreendem que, unindo o que já conhecem, e mostrando ideias novas, podem criar produtos inovadores, que proporcionem bem-estar.

A integração da educação para o empreendedorismo nos currículos de formação nas universidades, escolas profissionais e outras instituições de ensino ainda está em transição e não está regulada de forma adequada. Percebe-se, também, que há uma falta de abordagem sistémica da educação para o empreendedorismo. Existem algumas iniciativas, mas ainda assim, há falta de estratégia na Lituânia que promova e fomente o empreendedorismo, quer no sistema educativo quer na sociedade em geral: das pré-escolas, escolas e instituições de ensino superior ao intra-empreendedorismo dos funcionários em organizações.

PORTUGAL

A promoção da educação para o empreendedorismo em Portugal continua numa fase inicial, apesar de já se ter avançado nos últimos anos. Programas escolares que incluem empreendedorismo quase não existem, com exceção de cursos de Ensino e Formação Profissional (EFP), onde, por exemplo, o uso da Metodologia de Gestão de Projetos é promovido e incentivado. A educação para o empreendedorismo é, no entanto, explicitamente reconhecida como um objetivo transversal ao currículo em todos os níveis da escola, embora não seja obrigatório.

No ensino superior, é comum encontrar cursos onde uma disciplina sobre empreendedorismo é obrigatória, mas apenas para os cursos de Gestão e Economia. Atualmente, discute-se a possibilidade de integração do tema do empreendedorismo na escolaridade obrigatória, onde os conteúdos dos programas são mais amplos, mais globais e menos específicos. Isso também levou a uma discussão sobre a definição de empreendedorismo e, aparentemente, a opção de integrar essa temática no ensino básico obrigatório parece estar em consonância com a indução e facilitação do estabelecimento de atitudes, em vez da aquisição de conhecimentos sobre negócios ou competências na esfera económica⁶.

O Plano Nacional de Educação para o Empreendedorismo (PNEE) foi lançado em Portugal em 2006 e implementado até 2010. Esta iniciativa impulsionou adaptações culturais, organizacionais e pessoais. O PNEE visou o ensino secundário, no desenvolvimento de projetos para melhorar as atitudes

⁶ Saraiva, H. & Paiva, T. (2014). Entrepreneurship education in Portugal - Considerations on the topic and its development environment, doi: 10.15628/holos.2014.2587

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

empreendedoras. O programa não foi implementado em todas as escolas, mas foi possível fazê-lo, pois no currículo do ensino secundário havia disciplinas como “Área de Projeto” que permitiam aos alunos e professores a oportunidade de desenvolver os seus projetos. Várias mudanças atingiram o PNEE durante sua existência, a maioria delas causada pelo processo que possibilitou a autonomia nas escolas do ensino secundário⁷.

Em complemento a isto, alguns municípios desenvolveram estratégias locais para promover o empreendedorismo entre os jovens - neste caso, os níveis de educação envolvidos eram o básico e o secundário, dependendo das iniciativas implementadas, como campanhas promocionais nas escolas, concursos, oficinas, empreendedores, etc. Um exemplo disso é o projeto Aveiro Empreendedor⁸ do Município de Aveiro, que ainda existe com o objetivo de desenvolver uma estratégia integrada para promover um ambiente inovador e empreendedor na região de Aveiro. O projeto baseia-se em cinco iniciativas prioritárias: 1) Apoiar pequenas e médias empresas; 2) Promover o empreendedorismo no ensino superior; 3) Promover o empreendedorismo nas escolas; 4) Promover uma cultura de empreendedorismo; e 5) Comunicação.

A nível nacional, a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) desempenha um papel importante na promoção da iniciativa da educação para o empreendedorismo. Desde 1979, a ANJE tem como principais objetivos a liberalização do sistema económico e, em particular, o desenvolvimento de melhores condições tanto para o acesso dos jovens à atividade empresarial como para um exercício eficiente dessa mesma atividade. Nesse contexto, a associação instituiu a Academia de Empreendedores, em 1997, que desenvolveu a partir dessa data, em conjunto com universidades e outras instituições da área do emprego, a missão ‘evangelizadora’ em prol do empreendedorismo. Esta missão, em termos gerais, consistiu em mobilizar jovens portugueses para a necessidade de uma cultura de iniciativa e de risco, através da criação de várias ações, como o Prémio Jovem Empreendedor, a Feira do Empreendedor, o Concurso de Ideias e os ‘Road Shows’⁹.

Atualmente, em Portugal, a educação para o empreendedorismo é explicitamente reconhecida como objetivo curricular transversal a todos os níveis da escola. No entanto, não sendo obrigatório, só é considerado se a direção da escola decidir incluí-lo como parte integrante da disciplina de Desenvolvimento e Cidadania. Quanto aos resultados da aprendizagem, podem encontrar-se nas orientações gerais e nos documentos das recomendações para a formação prática, aplicados no contexto dos currículos nacionais. Por exemplo, pode incluir o desenvolvimento de atitudes como autoconsciência, autoconfiança, iniciativa e tomada de riscos, criatividade, pensamento crítico e solução de problemas, bem como aptidões empreendedoras transversais como comunicação e trabalho em equipa, e mesmo, alguns resultados de aprendizagem que estejam ligados à literacia económica e financeira.

Nos últimos anos, algumas escolas também participaram em projetos no âmbito da iniciativa europeia Junior Achievement - Enterprise¹⁰ e todos os anos o concurso de ideias e o concurso de ideias de

⁷ Teixeira, M. & Manuela, C. (2012). Educação para o Empreendedorismo- Um estudo sobre o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo”. Coimbra: [s.n.]

⁸ www.aveiro-empendedor.pt

⁹ www.anje.pt

¹⁰ www.jaeurope.org

negócio são realizados. Além disso, a formação específica em empreendedorismo para professores de escolas também continua a ser promovida.

ESPAÑA

Se considerarmos os altos índices de desemprego dos jovens com menos de 25 anos (UE-28, 20,0%; zona do euro, 22,5%; Espanha, 47,5%. Eurostat novembro 2015), o empreendedorismo é uma ferramenta para combater o impacto da crise económica e o desemprego jovem. Neste processo, as políticas de educação e formação e também as escolas de educação, desempenham um papel fundamental, criando as condições que facilitam o desenvolvimento de conhecimentos, aptidões e competências necessárias para iniciar um negócio. Nos últimos anos, a legislação sobre Empreendedorismo tem vindo a desenvolver-se. Isto deveu-se à crise económica, ao baixo crescimento económico e às elevadas taxas de desemprego jovem. Como consequência, o desenvolvimento da criatividade e da inovação na educação é uma aposta comum nas propostas para sair da crise. Em Espanha, existem dois tipos de legislação sobre educação para o empreendedorismo: dentro das leis educativas e fora dessa estrutura.

Empreendedorismo na legislação não escolar

A Lei 2/2011, de 4 março, de Economia Sustentável, estabelece que para se superar os desafios atuais é necessário “incorporar no Plano de Estudos competências e aptidões orientadas para fomentar a inovação, a criatividade, o empreendedorismo e o espírito empresarial numa abordagem transversal com formas alternativas de aprendizagem e de avaliação em todos os níveis de ensino. Além disso, o Decreto-Lei n.º 4/2013, de 22 de fevereiro, sobre as Medidas de Apoio ao Empreendedor e à Criação de Emprego, segue as recomendações do “Plano de Ação de Empreendedorismo 2020” da Comissão Europeia, ficando assim constituídas as principais medidas de apoio à “Estratégia de Empreendedorismo e de Emprego para Jovens 2013-2016” que incorpora este decreto-lei no seu primeiro apêndice. A Lei 14/2013 de 27 de setembro de Apoio ao Empreendedorismo e Internalização estabelece nos seus artigos uma contextualização sobre educação para o empreendedorismo.

Nos seguintes artigos pode-se observar o desenvolvimento da legislação de educação para o empreendedorismo em Espanha: a) Artigo 4.º Empreendedorismo na Escola do Ensino Básico e Secundário (desenvolver e reforçar o espírito empreendedor; adquirir aptidões e competências para criar e desenvolver diversos modelos de negócio; estimular a igualdade de oportunidades; respeito pelo empreendedor e pelos homens/mulheres de negócios, bem como ética nos negócios; os conselhos diretivos das escolas devem promover medidas para envolver os estudantes em atividades de empreendedorismo e aumentar a iniciativa empresarial); b) Artigo 5.º Empreendedorismo nas universidades (as iniciativas de empreendedorismo serão incentivadas; as universidades devem fomentar o início de projetos empresariais); e c) Artigo 6.º Formação de professores em Educação para o Empreendedorismo (adquirir aptidões e competências relacionadas com o empreendedorismo, a iniciativa empresarial, igualdade de oportunidades nos negócios, criação e desenvolvimento de empresas; O Ministério da Educação, Cultura e Desporto em cooperação com os Governos Regionais irão promover programas permanentes de formação de professores, incluindo conteúdos referentes à educação para o empreendedorismo).

Empreendedorismo na legislação escolar

Desde a democratização da Espanha, a educação tem sido um elemento-chave para os diferentes governos e a respetiva legislação tem sido desenvolvida de modo a acompanhar os padrões europeus. O atual quadro jurídico educativo adota a recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 2006/962 / CE, de 18 de dezembro de 2006, como modelo para as competências essenciais da Formação Contínua. Produziu-se uma mudança de mentalidade que leva a uma melhor iniciativa empreendedora, pois a lei ressalta a importância do “sentido de iniciativa e espírito empreendedor”. Atualmente, a orientação vai na procura de melhores conhecimentos e competências relacionadas com a oportunidades de trabalho, educação económica, processos empresariais e pensamento criativo”.

Hoje em dia, a lei que prevalece é a LOMCE, 2013. É uma lei recente que revoga a anterior, de 2006, e que inclui novos conceitos e adaptações às novas circunstâncias. O espírito empreendedor é o objetivo principal para: a) Artigo 23.º Escola secundária (desenvolver espírito empreendedor e a autoconfiança, a participação, o sentido crítico, a iniciativa pessoal e a capacidade de aprender a aprender, fazer planos, tomar decisões e assumir responsabilidades); b) Artigo 33.º B Ensino Médio¹¹ (reforçar o espírito empreendedor com atitudes criativas, flexibilidade, iniciativa, trabalho em equipa, autoconfiança e sentido crítico); e c) Artigo 40º da Educação Profissional (fortalecer o espírito empreendedor para desenvolver atividades e iniciativas empresariais).

A atual lei de educação, LOMCE, procura atingir esses objetivos para melhorar a empregabilidade jovem e estimular o seu espírito empreendedor. Além disso, como novidade, destaca-se que o empreendedorismo tem sido levado em conta como um dos principais objetivos também no 1º ciclo. Foi modificado o artigo 17 da lei anterior para estabelecer que é necessário desenvolver aptidões de trabalho individuais e coletivas, o esforço e responsabilidade, a iniciativa individual, a curiosidade, o interesse e a aprendizagem criativa e o espírito empreendedor. A Educação para o Empreendedorismo está integrada nos currículos em três abordagens diferentes: 1) Como elemento transversal; 2) Integrado em disciplinas existentes; e 3) Como uma nova disciplina.

No entanto, mesmo a lei LOMCE, a atual lei de bases da Educação, estabelece uma estrutura auspiciosa para incluir o empreendedorismo nos diferentes níveis da educação em Espanha; sabe-se que mais da metade das comunidades autónomas espanholas, cerca de 17 mais 2 cidades autónomas, não têm uma estratégia clara sobre este assunto. As competências ao nível da educação são divididas entre as 17 regiões autónomas espanholas que têm a responsabilidade final de aplicar a legislação nacional. Por isso, existe uma situação diversa: em algumas comunidades, os alunos já têm a educação para o empreendedorismo como um elemento transversal, enquanto noutras regiões até podem não ter sequer um acordo específico sobre o tema. A participação de diversos grupos de interesse (professores, centros de EFP, estudantes, empresas, famílias, etc.) é realmente desigual e tem impacto na eficácia da fase de implementação. Implicar diferentes partes interessadas no design da estratégia pode ser mais fácil para a criação de uma visão partilhada. Mesmo o financiamento público dedicado à Educação para o Empreendedorismo (EE) é diferente por Região, sendo surpreendente como

¹¹ O ensino médio, ou em espanhol Bachillerato, é uma etapa pós-ensino secundário obrigatório e, portanto, é voluntário. Consiste em dois cursos académicos. Realiza-se após o ensino secundário obrigatório, entre os dezasseis e os dezoito anos de idade, e são estudos prévios ao ensino superior. Uma vez obtido o ensino médio, pode-se optar pelo mundo do trabalho, por uma Formação Profissional ou pela Universidade.

algumas regiões gastam milhões de euros em EE, enquanto outras não chegam a gastar nem dois mil euros.

Além disso, não há modelos de progressão claros para o desenvolvimento do empreendedorismo nos currículos. Os currículos revistos complementam o LOMCE básico e incluem “o sentido de iniciativa e empreendedorismo” como elemento transversal em todos os níveis educativos. Os materiais específicos podem ser encontrados em Escolas Secundárias, Ensino Médio e na Educação e Formação Profissional. É claro que, embora ainda em desenvolvimento, a educação para o empreendedorismo e os estudos empresariais estão presentes, pelo menos teoricamente, na educação atual e é cada vez mais importante.

No caso da Comunidade Valenciana, região onde o parceiro I-BOX CREATE está localizado, não existe uma estratégia regional. Em 2014, as direções regionais de educação informaram que um protocolo empresarial havia sido desenvolvido. Infelizmente, ainda não há protocolo nenhum. Por essa razão, os currículos da região seguem o estipulado na legislação nacional, regulado pela LOMCE. Além disso, não há programa empresarial específico. Não há qualquer referência de boas práticas dentro da região. Quanto à formação, não há recursos específicos para professores e o empreendedorismo não está incluído na formação inicial dos professores. Também não há estudos de impacto ou publicações sobre iniciativas empreendedoras em curso na região. No entanto, existem algumas instituições que visam promover a educação para o empreendedorismo, como a Universidade de La Florida, o Centro Europeu de Empresas Inovadoras (CEEIs) e a Associação de Jovens Empresários Mulheres / Homens (AJE) ou o projeto do município valenciano 'Educar para empreender'.

O EMPREENDEDORISMO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

CHIPRE

Painel Regional de Inovação (PRI)

A 7ª edição do PRI inclui o Chipre a nível nacional e classifica-o como um país inovador moderado, um ranking que está bem abaixo da média da UE.

Fundo de Empreendedorismo do Chipre (CYPEF)

A República de Chipre (RdC) criou o CYPEF com vista a facilitar o acesso ao financiamento para as PME cipriotas, apoiando assim e reforçando o empreendedorismo no país. O CYPEF está a ser financiado por um empréstimo do Banco Europeu de Investimento à RoC. O CYPEF está a ser gerido e operado (em nome da RdC) pelo Fundo Europeu de Investimento (“FEI”) e prevê-se a implementação, ao longo do tempo, de diferentes produtos financeiros para melhor satisfazer as condições e necessidades do mercado. As operações da CYPEF são iniciadas com a implementação de um produto de empréstimo de risco partilhado. Os empréstimos concedidos às PME ao abrigo do empréstimo bonificado têm melhores condições de financiamento, tais como taxas de juro reduzidas e requisitos de garantias potencialmente mais baixas. Em 6 de junho de 2016, o FEI publicou um apelo para a seleção de instituições financeiras elegíveis para serem intermediárias financeiras para a concessão de empréstimos de partilha de risco.

ITÁLIA

Biz World¹²

É um programa a nível mundial que pode ser inserido no programa das escolas, permitindo aos alunos simularem ser empreendedores: desde a fase de planeamento até à comercialização de uma atividade empreendedora. Este percurso potencia as aptidões e o conhecimento dos alunos envolvidos.

Em Itália estas experiências foram realizadas pela primeira vez em 2014. As atividades desenvolvidas foram: 1) definição dos papéis e responsabilidades individuais, 2) criação de uma empresa e apresentação da mesma a um investidor (simulação); 3) conceção e fabrico do produto; 4) preparação do plano de marketing e de venda; e 5) elaboração do balanço.

De modo a estimular a competitividade, no final do programa, cada escola organiza uma cerimónia de entrega de prémios à turma que tiver obtido as receitas mais elevadas.

O curso analisa depois os resultados que o tema do empreendedorismo tem nos alunos: as aptidões não cognitivas (tolerância ao risco, criatividade, ambição) aumentaram nos alunos após este percurso. O mesmo se aplica ao conhecimento útil adquirido para o empreendedor. Relativamente às intenções empreendedoras, é ainda muito cedo para perceber o que estes jovens querem.

O percurso do MIUR na educação para o empreendedorismo

O Ministério da Educação, Universidade e Investigação (MIUR), reconhecendo o objetivo fundamental de promover e desenvolver competências empreendedoras, definido pela Comissão, visa promover um percurso de educação para o empreendedorismo nas escolas do ensino público e privado de nível secundário em Itália e no estrangeiro. O curso visa levar os alunos a adquirir atitudes, conhecimento, aptidões e competências úteis em qualquer contexto de trabalho.

Este caminho também estabelece a introdução de uma educação para o empreendedorismo no ensino voluntário e considera a autonomia das escolas relativamente à avaliação das aptidões e do conhecimento adquirido no final do ano letivo. O percurso pode, depois, ser articulado com as atividades da Autoridade Sanitária Local ou desenvolvido em sinergia com novas trajetórias disciplinares, por exemplo para o aperfeiçoamento das competências em informática.

Os resultados do curso são classificados em três áreas: a) atitudes (autoconfiança e iniciativa); b) competências (criatividade, gestão de recursos, risco/ gestão da incerteza); e c) aptidões (capacidade para avaliar oportunidades, compreender o papel do empreendedor, compreender como funciona o trabalho de equipa).

Projeto ICEE¹³

O projeto europeu é promovido pelo consórcio de cinco países (Finlândia, Estónia, Lituânia, Itália, Bélgica), incluindo o Ministério da Educação, Universidade e Investigação italiano, e visa analisar o

¹² www.bizworld.org

¹³ <http://icee-eu.eu>

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

impacto da educação para o empreendedorismo e perceber o que é necessário fazer para atingir o objetivo europeu de que cada jovem tenha uma experiência prática empresarial antes de completar a escolaridade obrigatória.

A iniciativa ICEE estimula a promoção da educação para o empreendedorismo entre os alunos através da criação de mini-empresas com professores, aulas de campo e uma base de dados europeia com as melhores práticas de ensino.

LITUÂNIA

Programa Junior Achievement na Lituânia (JA)

O JA¹⁴ foi desenvolvido com o objetivo de melhorar as competências-chave na área da literacia financeira, preparação da carreira e empreendedorismo. Existem três tipos de JA: 1) para alunos dos 9.º e 10.º anos; 2) para alunos dos 11.º e 12.º anos; e 3) alunos estagiários em empresas.

Estudar de acordo com o projeto JA é totalmente gratuito. Os manuais necessários são adquiridos pelas escolas utilizando os fundos das bolsas dos alunos. O mesmo proporciona um conhecimento teórico e prático sobre literacia económica e financeira, desenvolve competências empreendedoras e promove a iniciativa e a criatividade. Os alunos adquirem assim uma perceção sobre economia, negócio e procedimentos de mercado e ficam mais aptos para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Estudos internacionais mostram que há uma probabilidade de cerca de 50% dos alunos formados a partir do JA criarem o seu próprio negócio e 40% assumem posições de liderança (gestores intermédios e de topo). Por outro lado, o salário dos alunos formados através deste programa é inclusivamente 50% mais elevado e a taxa de desemprego é 20% inferior.

As atividades do JA são complexas e incluem, igualmente, um conjunto de métodos e de abordagens de desenvolvimento de competências práticas, nomeadamente o *Student Educational Company* (Empresa Educativa Jovem), *Young Colleague Day* (Dia do Jovem Colega), *Computer Modelling Competitions* (Concursos de Informática), diversas competições e campos de trabalho/atividades. Uma vez que o JA faz parte da Rede Internacional do *Junior Achievement*, alunos e professores têm a oportunidade de participar em competições, feiras, seminários e outros eventos internacionais. Os representantes empresariais estão, igualmente, envolvidos de forma ativa nas atividades do JA: fazem consultadoria às 'Student Educational Companies', partilham experiências em aulas, colaboram em competições de ideias, nos dias do 'Jovem Colega' e em outros eventos.

¹⁴ www.jaeurope.org

‘Ideias em Ação’ Programa de Empreendedorismo

O programa foi desenvolvido pelo programa Erasmus+ ‘Ideias em Ação’¹⁵, envolvendo seis países: Reino Unido, Itália, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Holanda. Foi desenvolvido um compêndio de 72 atividades de estímulo ao empreendedorismo jovem, o qual pode ser adaptado e utilizado em diferentes grupos-alvo, incluindo alunos com NEE. As atividades centram-se nas principais competências que um jovem empreendedor necessita, nomeadamente: espírito de iniciativa, resiliência, saber procurar oportunidades, gosto pelo que faz, compreensão do mercado-alvo, ser um bom autopromotor, etc. Foi, igualmente, lançada uma plataforma de aprendizagem para o empreendedorismo.

Um modelo de um curso de formação para Jovens Trabalhadores e Não trabalhadores inclui um módulo sobre a forma de encontrar a informação necessária, de modo a incidir a formação nas necessidades económicas locais. O curso de formação faz uso das tecnologias, as quais atraem os jovens, e favorece a interação com outros grupos parceiros, física e virtualmente. O mesmo promove, ainda, o desenvolvimento e apresentação de ideias empreendedoras (individualmente ou em pequenos grupos) a painéis de peritos e com avaliação à distância feita pelos seus pares.

Campos de Verão de educação para as competências de empreendedorismo

É bastante comum organizar campos de Verão para jovens (alguns deles têm a possibilidade de integrar também jovens com NEE) onde são integrados métodos de ensino informais de forma a desenvolver as competências empreendedoras. O ambiente de uma educação informal dá aos jovens liberdade suficiente para se exprimirem e propicia o desenvolvimento de competências relevantes na área do empreendedorismo. No ambiente de educação informal há espaço para a ocorrência de situações imprevistas, as quais exigem um maior esforço no sentido de criar relações interpessoais, fazer e manter amizades, entre outras.

Durante o período de implementação do projeto educativo num campo de férias, foi organizado um campo de empreendedorismo tendo por base o “Programa de Educação para o Empreendedorismo para alunos desfavorecidos”, o qual beneficiou 30% de jovens com necessidades educativas especiais ou incapacidades. O conceito de empreendedorismo abrangeu cinco áreas distintas: iniciativa, responsabilidade, autonomia, abertura à mudança e escolha independente.

O programa curricular do acampamento consistiu num conjunto de atividades integradas através da simulação de uma atividade real na sociedade: 1) Publicidade; Estúdio de Design e interiores; 3) Oficina/Centro de Artesanato; 4) Centro de Emprego; 5) Galeria de Arte Marítima. Os alunos tiveram a oportunidade de escolherem como passatempo a atividade que desejavam fazer. Havia em cada grupo jovens com necessidades especiais, alguns deles tinham transtornos intelectuais moderados, os quais exigiam um apoio constante nas atividades diárias. Contudo, nas atividades do campo, que se assemelhava às de um local de trabalho, estes alunos ocupavam posições adequadas às suas capacidades. Os jovens escreviam blogs diários, nos quais refletiam sobre os seus sentimentos, aspirações e relações.

¹⁵ <http://ideasintoaction.eu>

A pesquisa realizada permitiu observar que a manifestação de atitudes empreendedoras no comportamento dos alunos foi elevada; no entanto, no contexto de vida real, verificou-se alguma discrepância entre estas atitudes e as ações concretas. No contexto informal (campos de Verão), a expressão das competências empreendedoras dos alunos é mais elevada nas áreas da autonomia e da escolha independente e mais baixa na área da responsabilidade. No ambiente escolar, tanto antes como depois das aulas, a autonomia e a capacidade de fazer uma escolha de forma independente manifestou-se mais, enquanto que a abertura à mudança foi menor. Os resultados provam a adequação do programa educativo e, a par disso, mostram que, ao longo do processo educativo, deve ser dada mais atenção ao desenvolvimento da responsabilidade e abertura à mudança, pré-requisitos essenciais para um empreendedorismo socialmente responsável.

PORTUGAL

Projeto de Vida 2¹⁶ (Life-2)

O projeto ‘Formar o Formador/Professor’, promovido por uma parceria europeia (Portugal, Reino Unido, Dinamarca, Roménia e Espanha), destina-se a professores do ensino profissional, formadores de professores, alunos do ensino profissional, redes de empregadores, organizações de apoio a grupos desfavorecidos e decisores políticos. Tem como objetivo ajudar os formadores/professores a incluir competências básicas de vida nas suas áreas de formação profissional e ajudá-los igualmente a estabelecer relações mais estreitas com as entidades empregadoras. O kit ‘Formar o Professor’ contém um guia do utilizador e alguns recursos.

Programa Escolhas (Choices Programme)¹⁷

Este programa nacional prepara professores no ativo para a educação para o empreendedorismo. Inicialmente foi criado para promover a inclusão social de crianças e jovens de comunidades mais vulneráveis, em particular junto de imigrantes e minorias étnicas, reforçando a importância da igualdade de oportunidades e coesão social.

Atualmente, o programa está focado no empreendedorismo e oferece dois guias complementares, um para professores e outro para jovens. Inclui cinco unidades com o objetivo de os ajudar a deslocarem-se junto das comunidades locais, identificar empreendedores, explorar ideias empreendedoras, agir, desenvolver a sua literacia em informática e implementar uma ideia de negócio.

Programa de Empreendedorismo para alunos dos 3 aos 12 anos¹⁸

Implementado, pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), o programa visa promover competências empreendedoras, conhecidas como *soft skills*, tanto em alunos como professores, e é visto como um processo cujo objetivo é dotar os formandos da capacidade de transformar as suas ideias em ações. No IPVC, nos cursos de formação inicial de professores, estes recebem formação

¹⁶ www.life-2.eu

¹⁷ www.programaescolhas.pt

¹⁸ www.ipvc.pt

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

sobre educação para o empreendedorismo, o qual é implementado num formato semelhante ao programa de empreendedorismo para idades dos 3 aos 12 anos. Deste modo, o programa visa fomentar o desenvolvimento de competências empreendedoras nos professores, os quais aprendem depois a promover essas mesmas competências junto dos seus alunos. Os materiais são testados e adaptados no âmbito da 'Prática Pedagógica-Estágio' durante a permanência destes futuros professores nas escolas de acolhimento. O projeto é avaliado utilizando uma metodologia de ação-investigação.

ESPANHA

Rede de Formação Empreendedora¹⁹

A 'Rede de formação empreendedora' é promovida pela Valnalón Educa e é um projeto concebido para responder a uma necessidade: falta de uma cultura e atitude empreendedoras nos jovens da região das Astúrias, com mais de um milhão de habitantes. Iniciou-se há mais de 15 anos e atualmente está inserido noutras regiões como uma das melhores práticas na educação para o empreendedorismo em Espanha.

Valnalón Educa acredita que a educação para o empreendedorismo pode gerar uma mudança cultural que favorece o desenvolvimento da capacidade de o aluno ser capaz de correr riscos, ser um líder, estar motivado, ser comunicativo, negociar, tomar decisões, planear, etc. Atualmente, todas estas aptidões são necessárias no mercado de trabalho e ainda mais quando alguém deseja ser um empreendedor. Assim, a Valnalón Educa foi criada com o objetivo de ser o primeiro passo no desenvolvimento das competências empreendedoras em crianças e jovens. Tem o nome de 'Rede de formação empreendedora' uma vez que o projeto se inicia quando os alunos estão nos primeiros anos de escola e termina apenas quando os mesmo estão já na universidade.

Cultura para o Empreendedorismo Inicial

Em 2011 foi aprovado o Protocolo de Educação para o Empreendedorismo no Sistema Educativo da Andaluzia. Desde então, tem sido desenvolvido um grande número de atividades empreendedoras, todas elas direcionadas com o intuito de promover valores como a inovação, criatividade, responsabilidade e empreendedorismo.

No ano letivo 2016-2017 foi lançado pela primeira vez o Programa Educativo 'Cultura para o Empreendedorismo Inicial', através do qual os centros educativos da Andaluzia trabalharam a educação para o empreendedorismo a partir de um ponto de vista holístico. Tratou-se de um programa que apoiou a formação dos alunos com o objetivo de gerar uma juventude inovadora, criativa e empreendedora. O programa entende o empreendedorismo como uma estratégia fundamental na formação de alunos em três diferentes dimensões: 1) Empreendedorismo Pessoal (define o seu projeto pessoal e avança ativamente para a sua prossecução); 2) Empreendedorismo Social (promove o bem-estar social e a qualidade de vida na sociedade); 3) Empreendedorismo Produtivo (cria riqueza num contexto favorável e sustentável).

¹⁹ www.valnaloneduca.com

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

O Departamento da Educação Andaluza tem desenvolvido diversas ferramentas de formação para professores no sentido de promover estas dimensões nos seus alunos. O objetivo-último do programa é o desenvolvimento, junto dos jovens andaluzos, de: autoconhecimento, inovação, gestão de riscos, gestão de falhas, trabalho em equipa e bem-estar comum.

Educar o talento empreendedor (Training entrepreneurial talent)²⁰

Este programa pertence à Fundação *Princesa de Girona* e visa introduzir competências empreendedoras no dia-a-dia dos professores. Consequentemente, a fundação direciona os seus esforços no sentido de criar Escolas Empreendedoras nas quais constituir uma empresa seja um pilar educativo.

O programa assenta em metodologias que dão ênfase ao desenvolvimento do aluno e atribuem ao professor um papel meramente de orientador. Os professores têm um papel fundamental no planeamento e definição de atividades enquanto os alunos têm como tarefa tornarem-se autónomos. Concretamente, o programa baseia-se em três metodologias diferentes: 1) aprendizagem cooperativa; 2) empreendedorismo ético; e 3) aprendizagem em ação. Além do mais, determina um sistema de avaliação diferente, no qual os professores se tornam formadores de processos de aprendizagem.

²⁰ <http://es.fpdgi.org>

A EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO PARA JOVENS ADULTOS COM NEE

CHIPRE

PROGRAMA 'RESTART 2016-2020'

A visão do programa RESTART 2016-2020 é a promoção da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação enquanto fatores-chave para o desenvolvimento económico do Chipre, as quais poderão contribuir para mudanças sociais e económicas. RESTART promove condições que levem ao desenvolvimento sustentável, em conformidade com os princípios salientados na Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

IDEA

Uma nova incubadora concebida pelo Banco do Chipre em colaboração com o Instituto Internacional de Gestão do Chipre destinada a Start-ups e que oferece de forma gratuita um espaço, apoio, formação e aconselhamento de modo a dar viabilidade comercial a esses negócios. A IDEA visa: 1) Ajudar novos empreendedores e os seus negócios a crescer e a ter sucesso; 2) Estimular e apoiar o empreendedorismo e a inovação cultural no Chipre; e 3) Ajudar a desenvolver o ecossistema de inovação no Chipre.

ITÁLIA²¹

WOT (Aforisma)²²

Este projeto europeu oferece a orientação de um especialista a pessoas com incapacidades que queiram abrir o seu próprio negócio. O projeto faculta informação sobre empreendedorismo, incluindo sobre a forma como criar o seu próprio negócio e como preparar um plano de negócio.

Re-Start up (ANIMIL)

Este programa, financiado pelo Ministério italiano do Trabalho e das Políticas Sociais tem como objetivo apoiar o empreendedorismo entre pessoas com incapacidades e também abrir-lhes novas oportunidades de emprego, fazendo emergir o seu potencial através da participação num curso de formação de consultoria empreendedora que visa a criação de negócios. Acidentes de trabalho e tecnopatias podem fazer parte da iniciativa apresentando a sua própria proposta de negócio.

Uma comitiva de especialistas é responsável por selecionar os candidatos, os quais recebem posteriormente formação e orientação no total de 200 horas sobre empreendedorismo. Após a formação, 12 projetos empreendedores de natureza inovadora e sustentável serão escolhidos para

²¹ www.gazzettadilucca.it, www.comune.torino.it

²² <http://wot-project.eu>, www.aforismatoscana.net

serem implementados, com o apoio de um serviço de consultoria fiscal e administrativa durante a fase inicial.

LITUÂNIA

Projeto ‘Tu e eu – estamos juntos’ (Kaunas Food Industry School)²³

O objetivo do projeto é o desenvolvimento de competências sociais e soft skills, essenciais para o empreendedorismo, em alunos com necessidades especiais. É um projeto a longo prazo com a duração de seis meses. O projeto inclui diversas atividades que foram desenvolvidas de forma ativa pelos próprios alunos. Durante o projeto, os alunos aprenderam competências básicas de vida e desenvolveram competências de comunicação e colaboração. A utilização de métodos ativos de aprendizagem e de promoção da criatividade permitiram que os alunos se sentissem felizes. Uma análise ao inquérito permitiu atestar o sucesso do projeto: a experiência social dos jovens com necessidades especiais foi útil e relevante.

Este projeto foi realizado em diversas fases, as quais foram cuidadosamente preparadas. Uma vez que a maioria destes alunos tinha problemas comportamentais e de comunicação, começou por ser desenvolvido um conjunto de regras de comportamento de grupo. O bem-estar mental dos alunos e a qualidade da sua aprendizagem depende muito do microclima do grupo. Um ambiente de cooperação e confiança cria condições para a resolução de problemas de forma construtiva, desenvolve competências básicas de vida e acutela problemas. Durante a primeira fase do projeto os alunos, em grupo, selecionaram as regras mais importantes, tendo surgido uma tónica dominante – cada aluno é responsável pelo seu comportamento. As regras foram impressas em papel colorido e penduradas em locais visíveis da sala. É importante que as regras não tenham sido impostas pelos adultos, pois significa que os alunos tiveram oportunidade de criar, ajustar e impor novas regras a si mesmos.

O intuito da segunda fase do projeto foi encorajar os alunos a viver ‘de forma económica e sustentada, isto é, ir ao supermercado, calcular o que pode gastar em diversão, no fim de semana, na preparação de um aniversário ou de um jantar. A terceira fase do projeto – que consistia num programa para gestão de conflitos e bullying – “Bullying e conflitos” e “Soluções construtivas para o conflito”. O objetivo desta fase foi ensinar os alunos a ouvir o outro lado, compreender o sentido dos conflitos e solucioná-los de forma construtiva e cooperativa. Os alunos foram preparados para procurar compromissos, resolver discussões de forma a que ambas as partes do conflito se sentissem compreendidas e satisfeitas. Os pensamentos mais importantes de cada grupo foram escritos num quadro para que os alunos pudessem discuti-los sem receio de polémica. A organização utilizou artigos retirados de jornais e revistas, os alunos desenharam situações de conflito, criaram definições de conflito, simularam e discutiram situações conflituosas e procuraram expressões relacionadas com situações de conflito e respetiva solução. A quarta fase do projeto – passeio à floresta Kleboniskis – permitiu aos participantes desenvolver o seu espírito de equipa, experimentar a satisfação da cooperação, a conhecerem-se melhor uns aos outros e sentir o prazer estético da natureza. A quinta fase incluiu aulas de economia – “Os alunos são os participantes do mundo económico” – com o objetivo de ajudar os alunos a compreender os conteúdos da economia através de métodos de desenvolvimento da criatividade: jogos metafóricos, criação de projetos em pequenos grupos,

²³ www.mpcentras.lt

exercícios de imaginação criativa, método de descoberta, etc. Durante as aulas, foi dada aos alunos a oportunidade de se tornarem ‘professores’ e apresentarem projetos de acordo com um tema atribuído aleatoriamente. Esta atividade incentivou os alunos a desenvolverem a sua responsabilidade, autonomia, iniciativa, individualidade, criatividade, capacidade de comunicação e cooperação, capacidade de autorreflexão, adaptação à mudança e a nova informação e capacidade para enfrentar o seu medo de lidar com o público. A fase final do projeto correspondeu ao reforço da cooperação com a família. Durante o serão “Vamos sair juntos”, os promotores do projeto partilharam com os pais dos alunos a respetiva experiência ao longo do projeto. Para a boa disposição de todos os participantes no festival, contribuiu a música clássica, calma e inspiradora, as apresentações de diversos momentos do projeto, a partilha de atividades práticas de um estilo de vida saudável e comida preparada pelos próprios participantes.

Programa para o desenvolvimento de competências sociais básicas (Kaunas Builders Training Centre)²⁴

Este programa visa desenvolver competências sociais básicas nos alunos do 3.º ano com NEE no departamento de Formação Profissional de Reabilitação, de forma a ajudar os jovens a prepararem-se para a vida ativa, a aprenderem a planear o seu orçamento e a terem o seu próprio sustento. Foram desenvolvidas as seguintes competências e atividades empreendedoras:

- Plano de trabalho: a capacidade de resolução de problemas é desenvolvida através da planificação de atividades profissionais. De acordo com os professores, os alunos com necessidades educativas consideram difícil planear e ainda mais difícil seguir o plano. No momento de planear o trabalho, é apresentado aos alunos um plano de aula, tanto do ensino regular como do ensino profissional, com o intuito de testar se os alunos o seguem. Trabalhos de autoajuda e escrita de textos motivam igualmente os jovens a planear as suas atividades. Os alunos são também encorajados a criar os seus planos mensais para as atividades fora da escola, destacando o trabalho mais importante a desenvolver. Posteriormente, partilham o plano que estabeleceram. Então, os jovens são estimulados a tirar as suas próprias conclusões: se o plano foi realista, se tudo foi bem sucedido ou por que não conseguiram cumprir o plano estipulado.
- Planeamento financeiro: A capacidade de planear finanças é desenvolvida promovendo o conhecimento matemático dos alunos. Nas aulas de educação cívica, é dada aos alunos a oportunidade de conhecer melhor os custos de manutenção do alojamento. Após as aulas, os educadores apresentam aos alunos o conceito de planeamento orçamental [salário, despesas: diárias (alimentação, transporte), mensais (domésticas – financeiras, de comunicação, comunitárias, culturais), pontuais (mobiliário, vestuário, reparações)]. De acordo com os professores, os jovens com necessidades educativas consideram que é difícil planear o seu próprio orçamento. Gastam o dinheiro muito facilmente e depressa e, depois, pedem emprestado. A maioria não poupa dinheiro para despesas-extra (doença, viagens não planeadas, etc.).
- Planeamento a longo prazo: Foram promovidos diálogos entre os alunos de modo a apurar as suas expectativas, desejos e conselhos. É importante para os professores que os alunos tenham a sua própria opinião, mais do que esperar passivamente por aquilo que os educadores têm para lhes oferecer para o seu futuro.

²⁴ www.src.kaunas.lm.lt

- Tomada de decisão e responsabilidade: Durante as aulas, os professores utilizam testes com questões abertas e os alunos recebem uma classificação. Isto torna-os responsáveis pelas suas decisões. Os professores consideram que é necessário discutir os resultados dos testes com os alunos para que eles possam compreender por que foram avaliados de determinada forma. Para as atividades fora da escola, os educadores utilizam situações simuladas da vida real, de modo a desenvolver a sua capacidade de tomada de decisão. Questionam os jovens sobre a sua opinião, criam condições para discussão e defendem a sua opinião.
- Comunicação: Durante as aulas, os professores utilizam o método da discussão de ideias. Os jovens são ensinados a exprimir os seus pensamentos livremente sem qualquer receio de falar. De acordo com os professores, durante o estágio, os alunos desenvolvem as primeiras competências de comunicação com os empregadores. Os jovens não revelam stress quando os professores os tentam ajudar. As atividades pós-escola permitem-lhes comunicar com as pessoas. A escola tem encontros com representantes de diferentes profissões: polícias, elementos da Cáritas, etc. É igualmente dada a oportunidade aos alunos de comunicar com estranhos no seu ambiente de conforto (na escola). Os alunos sentem-se menos emotivos e mais livres para comunicar. O método de situações da vida real é utilizado para treinar os alunos a usar de forma independente os serviços disponibilizados por diversas instituições (loja do cidadão, clínicas, bancos).
- Cooperação, trabalho em equipa, aprender a desempenhar novas tarefas: Estas competências são estimuladas através do método de trabalho de grupo. É importante para o professor observar como a formação destes grupos ocorre. Por vezes, os professores dividem eles mesmos os alunos em grupos, outras permitem que sejam os próprios alunos a fazê-lo. Isto motiva os alunos, fazendo com que desenvolvam trabalho de forma mais produtiva. Os jovens aprendem a desempenhar novas tarefas. Numa aula de educação cívica, o professor utiliza o método da ‘família’, ou seja, os alunos dividem entre si as tarefas. Na opinião dos professores, a capacidade de cooperação dos alunos desenvolve-se durante a prática profissional, na preparação de eventos escolares, na limpeza de espaços ou na organização de palestras.
- Motivação pela ação, esforçando-se por cumprir uma tarefa: Elogiar estimula os alunos e fá-los sentir motivados e impelidos a concretizar o seu trabalho. Nas aulas, os alunos, de acordo com os professores, devem ter conhecimento dos critérios de avaliação, o trabalho desenvolvido deve ser tido em conta e o aluno deve ser elogiado pelo seu esforço. As tarefas devem estar de acordo com as capacidades do aluno. Se uma tarefa é demasiado complexa, o jovem não se sente motivado a concretizá-la. No sentido de cativar os alunos para a sua aula, o professor deve preparar adequadamente a mesma, o material deve ser interessante e os métodos de trabalho devem ser diversificados.
- Capacidade de pensar de forma crítica e autónoma: Durante as aulas, os professores permitem aos alunos escolher as suas tarefas de acordo com as suas capacidades. Discutir o trabalho a desenvolver estimula o pensamento crítico. Ao serem utilizadas situações simuladas da vida real, próximas do que vivem fora da escola, os jovens estão a aprender a pensar de forma independente e a partilhar as suas opiniões.
- Capacidade para trabalhar e aprender de forma independente: os professores tomaram consciência que é importante preparar os jovens para uma vida independente e desenvolver a sua capacidade de trabalhar, igualmente, de forma independente, capacidade que pode ser desenvolvida durante as aulas. Ao ser atribuído um exercício escrito ao aluno, este não deve ser

demasiado difícil e a tarefa deve ser acompanhada. Através de trabalhos de pesquisa, os alunos são estimulados a trabalhar de forma independente e a pesquisar literatura em diversas fontes (biblioteca, internet). Nas atividades pós-escola, os professores atribuem aos jovens uma variedade de tarefas domésticas (preparar um quarto, decorar uma sala de jantar, fazer arranjos de flores, preparar-se para um evento). É importante confiar no aluno, encorajá-lo e elogiar os seus esforços.

- Proatividade, criatividade e dedicação ao trabalho: Ao educar para a criatividade e dedicação ao trabalho, os professores salientam a importância de um exemplo pessoal. A discussão do trabalho realizado pelo aluno, o encorajamento e a avaliação positiva estimulam os alunos a trabalhar de forma criativa. A exposição, dentro e fora da escola, de trabalhos desenvolvidos pelos alunos motiva a criatividade dos mesmos e uma avaliação positiva do seu trabalho motiva-os para trabalhar ainda mais e melhor. A criatividade dos alunos é estimulada através da organização de eventos (batizados, concertos de Natal, eleição do melhor casal, etc.), sendo ajudados pelos educadores. Os professores referem que os jovens têm muitas ideias, mas que nem sempre as podem implementar. A atividade da Associação de estudantes também promove a criatividade, mas necessita de algum apoio dos professores.
- Predisposição para lidar com o risco e as suas consequências: Durante as aulas, os professores apresentam eventos aos alunos, falam sobre o futuro da Lituânia, discutem problemas ecológicos, permitindo-lhes assim desenvolver a sua capacidade de lidar com riscos e com as suas consequências. Os alunos são treinados para fazer avaliações objetivas do seu potencial. Por outro lado, numa atividade após a escola, os educadores conversam com os jovens sobre a sua capacidade de serem bem sucedidos no mercado de trabalho.
- Poder, otimismo, perseverança: Os professores utilizam diferentes métodos no seu trabalho com alunos hiperativos e passivos. Durante a aula, ensinam os jovens mais enérgicos a direcionar de forma positiva a sua energia – a participar nas aulas de forma mais ativa, a organizar trabalhos de grupo, entre outras. É importante salientar que as tarefas não devem ser demasiado difíceis para o aluno. Os alunos são elogiados pelo trabalho que fazem. Os professores destacam a importância de dar exemplos personalizados para o desenvolvimento da vitalidade, otimismo e perseverança. Um professor partilha “O otimismo deve ser sentido por todos. Se o professor é otimista em relação à escola, os alunos serão igualmente otimistas.” Estas competências são desenvolvidas em excursões, passeios, participação em eventos escolares. Apresentar e discutir os resultados que se seguem à perseverança: depois de longos ensaios, assistimos a um evento bonito e bem feito; depois de trabalharmos muito, conseguimos comprar uma carteira muito gira, por exemplo; etc.

No sentido de desenvolver estas competências, os professores utilizaram diferentes métodos de trabalho, formas ativas de formação, orientação social sobre assuntos gerais, muitos contactos com o exterior e a inclusão de instituições públicas no trabalho com estes jovens. Foi possível concluir, no entanto, que o desenvolvimento de competências de planeamento financeiro não atingiu os resultados esperados durante o programa.

PORTUGAL

Horta pedagógica (AEVA-CEO)²⁵

O objetivo é a aquisição de conhecimento específico nas áreas do Ambiente, Ecologia e Sustentabilidade, a par da promoção de competências pessoais e sociais, para o desenvolvimento do currículo do Ensino Especial. Esta iniciativa compreende um conjunto de atividades para: a) desenvolver competências em Matemática, Português, Ciências e Inglês; b) disseminar, promover e vender produtos da horta; c) preparar refeições com os produtos alimentares cultivados; e d) organizar visitas de estudo, como por exemplo à Quinta Ecológica da Moita²⁶.

Produção de bolachas de manteiga (AEVA-CEO)

Através de pedidos de encomenda por parte da comunidade local ou para incluir num evento específico da AEVA, a equipa de inclusão de jovens e adultos com necessidades especiais (CEO) desta Associação faz com os seus alunos com NEE uma atividade de culinária que envolve a confeção de conjuntos de 12 bolachas de manteiga, com feitios diferentes, cada uma simbolizando 12 emoções sentidas pelos jovens adultos SEN. Isto implica que os alunos com NEE planifiquem o dia, comprem os produtos e cozam as bolachas. Para tal, devem ter em consideração o orçamento atribuído e procurar as promoções da semana nos supermercados locais. Depois de prontas, as bolachas são empacotadas e, finalmente, vendidas aos clientes/público ou incluídas nos vários eventos da AEVA.

ESPAÑHA

Uma empresa no meu centro (A Company in my centre)

Este projeto educativo para Escolas de Ensino Especial e Centros de Integração e Apoio pressupõe que, ao longo do ano letivo, os alunos com NEE criem e façam a gestão de uma empresa simulada onde produzem à mão diferentes produtos, os quais são vendidos uma vez por ano num mercado ou feira da sua região.

O projeto sugere a metodologia do ‘aprender fazendo’, com a qual assistimos à concretização de um espírito de equipa, a uma aprendizagem ativa e com sentido para os alunos. Os participantes são os agentes principais do seu desenvolvimento. Aprendem a refletir, a desenvolver e a avaliar o seu próprio projeto e o impacto em si próprios e na comunidade, ao mesmo tempo que se vão focando nas suas preferências, interesses e paixões. Os professores, mentores e educadores assumem um papel de apoio, ao liderarem e colocarem desafios. Os participantes no projeto são: a) no âmbito da educação formal – alunos com NEE até aos 21 anos de idade; e b) educação não formal – alunos dos Centros de Integração e Apoio, Associações e Fundações dos 16/18 até aos 50 anos.

O objetivo principal de “Uma empresa no meu centro” é divulgar a cultura empreendedora junto da população com necessidades educativas especiais, promovendo comportamentos e atitudes colaborativas, coordenação, gestão e resolução de conflitos, resolução de problemas e aumento do sentido de responsabilidade. Os objetivos específicos são os seguintes: a) Desenvolver aptidões

²⁵ <http://ceo.aeva.eu>

²⁶ www.simbiotico.eco/en/ecospot/quinta-ecologica-da-moita

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

básicas para aquisição de conhecimento: atenção, observação, memória, língua, gestão do tempo, expressão artística, etc.; b) Estimular o desenvolvimento de competências empreendedoras, tais como planeamento, tomada de decisão, responsabilidade, criatividade, autoconfiança, etc.; c) Ajudar os alunos a conhecer de forma ativa o mercado de trabalho a partir de uma situação real, dado tratar-se da criação e gestão do seu próprio negócio; d) Apoiar os alunos na transição para a vida ativa enquanto cidadãos consumidores.

Valnalón Educa²⁷, a organização por trás deste projeto, lidera os workshops no diferentes centros educativos, de forma a certificar-se do desenvolvimento apropriado dos cursos, e divide-os em quatro fases de negócio:

- Constituição e Imagem empresarial: Workshop criado para conhecer e perceber as etapas necessárias para formar uma empresa, escolhendo o nome da mesma, definindo o orçamento inicial, a equipa de gestão, os estatutos da organização e as regras a serem seguidas. Na segunda parte do workshop, os participantes fazem um ‘brainstorming’ sobre a importância da imagem corporativa, assim como do logo, ideia de negócio, localização, etc.
- WEB e Email: As TIC são fundamentais para o correto desenvolvimento do projeto “Uma empresa no meu centro”. Neste workshop, os participantes aprofundam os conhecimentos de criação e gestão de um website e criam ainda o seu email institucional.
- Rotulagem e Embalagem: A ideia principal deste workshop é atribuir um preço aos produtos da empresa e conceber um rótulo ou embalagem que permita identificar a sua marca. É, igualmente, ensinado a comercializar o produto.
- Design do ponto de venda: Estratégia comercial de design. Design do ponto de venda: cores, música, rótulos, etc. É desenvolvida uma formação no âmbito das competências de comunicação, de modo a ajudar a atividade comercial dos alunos.

²⁷ www.valnaloneduca.com

POLÍTICAS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO DE ALUNOS COM NEE

CHIPRE

A partir de setembro de 2011, o Ministério da Educação e Cultura começou a aplicar a Lei da Educação e Formação de Crianças com Necessidades Educativas (1999), os Mecanismos de Detecção Precoce de Crianças com Necessidades Especiais (2001) e a Regulamentação para a Educação e Formação das Crianças com Necessidades Especiais (2001), que apoiam a aplicação da Lei.

Como as dificuldades de aprendizagem se incluem na categoria do Diagnóstico ‘Deficiência Mental’, a avaliação pode ser desadequada pelo que os pais, muitas vezes, procuram uma avaliação fora do Chipre.

Ao longo dos últimos 15 anos, a Educação Cipriota tem trabalhado no sentido da inclusão. Alunos com Necessidades Especiais têm o direito de acesso à educação até aos 21 anos. As crianças com Necessidades Especiais frequentam a escola pública, as quais estão equipadas com as infraestruturas adequadas, de acordo com a Lei da Educação Especial.

A maioria das crianças com necessidades educativas especiais frequentam as aulas da sua turma, sendo igualmente dado apoio especial específico em Módulos Especiais nas escolas. Estas crianças são colocadas numa turma regular onde podem assistir a aulas integradas e participar em celebrações ou eventos festivos. As crianças com dificuldades profundas frequentam escolas especiais, as quais dispõem do pessoal adequado (psicólogos, terapeutas da fala, fisioterapeutas e outros especialistas), bem como de pessoal auxiliar, de modo a apoiar e assegurar os meios necessários para concretizar a sua missão.

As necessidades educativas, e outras, das crianças em Jardins de infância, Escolas Primárias, Unidades Especiais em Escolas primárias e Escolas do Ensino Especial estão a ser cumpridas através de programas de Educação Especial. Atualmente, 5026 professores das diversas especialidades (professores para alunos com dificuldades de aprendizagem, intelectuais, funcionais e de adaptação, professores para alunos surdos, cegos, professores de ginástica adaptada, terapia musical, terapia ocupacional, terapia da linguagem e do discurso, psicologia da educação, audiologia e fisioterapia), incluindo professores destacados de outros departamentos, trabalham no sentido de apoiar e ir ao encontro das necessidades educativas das crianças e jovens com necessidades especiais.

A nível internacional, o número de alunos com incapacidades a ingressar nas instituições de ensino superior está a aumentar. No entanto, no contexto cipriota, a investigação na área da deficiência, o acesso e a oferta no ensino superior é limitada. Com fraca investigação na área das crianças e jovens com NEE, existe pouca margem para o planeamento estratégico de desenvolvimento de um currículo específico. A legislação está feita de modo a que as instituições possam fazer o que considerarem necessário no sentido de corresponder às diversas necessidades dos alunos. Os estudos realizados sobre alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior são maioritariamente de natureza quantitativa, à qual se junta a informação estatística sobre o número de alunos com incapacidades no ensino superior e a formação disponibilizada.

ITÁLIA²⁸

A lei 517/77 e a sentença do Tribunal Constitucional nº 258 /87 e a lei-quadro n.º 104 de 1992 até à lei 296/06 falam explicitamente das experiências dos alunos com deficiência. A legislação é importante à luz do princípio da autonomia das escolas, mas também da Convenção Mundial dos Direitos das pessoas com Deficiência, ratificada por Itália com a Lei nº 18/09.

Na educação escolar, a resolução de problemas assume um papel importante, pois é a solução dos problemas que aumenta a criatividade e a curiosidade dos alunos. Um outro aspeto importante no ensino é o papel do professor de apoio, na implementação da integração dos alunos com deficiência no contexto escolar.

A escola desempenha um papel importante, pois contribui para o desenvolvimento da pessoa com deficiência, a qual está presa ao seu ambiente familiar e não tem os incentivos certos para a aprendizagem. Deverá então haver continuidade no ensino estabelecendo um elo de ligação entre os diferentes níveis de ensino. O indivíduo com deficiência não deverá ser olhado com pena mas ser ajudado no sentido de aprender e saber mais e mais. As diferenças dos alunos com deficiência são recursos úteis no trabalho escolar para a inclusão.

Obviamente que mesmo os alunos fisicamente aptos têm de fazer a sua parte criando um clima inclusivo, conhecendo as dificuldades do seu colega e ajudando-o, se possível. Deverá então haver uma colaboração com as famílias dos alunos com deficiência e deve ser possível contar com o apoio dos serviços sociais e de saúde e de agentes sociopedagógicos efetivos.

No que se refere à formação dos professores de apoio, em Itália, estes devem frequentar um curso anual obrigatório na Universidade, o qual fornece uma formação teórica e prática específica. A formação teórica ministrada através da universidade e a parte prática é desenvolvida nas escolas locais.

Depois de o Diretor da Escola solicitar ao Corpo Docente que indique a turma mais apropriada para a integração do aluno com deficiência, o Conselho Escolar deve delinear um projeto com a proposta de atribuição das horas de apoio necessárias. Posteriormente, será requisitado um professor de apoio e as turmas que incluam um jovem em situação de deficiência não podem exceder os 25 alunos.

A integração escolar visa desenvolver o potencial das pessoas com deficiência no que respeita à aprendizagem, comunicação, relacionamento e socialização. Não existe qualquer coordenação entre a escola e os serviços de saúde, bem-estar social, cultural, recreativo ou outras atividades desenvolvidas por entidades públicas ou privadas.

Em algumas disciplinas específicas, são adotados critérios didáticos específicos. A pessoa com uma deficiência física ou psicológica mínima tem a sua própria experiência pessoal e, por isso, é única, com a sua personalidade e individualidade. Na escola atual, esses valores marcam a diferença, com o direito à aprendizagem e à promoção do crescimento educativo dos alunos, a pessoa com deficiência

²⁸ www.edscuola.it, www.eurvdice.indire.it, www.disabili.com, www.icleopardimessina.gov.it

encontra o lugar certo através de um percurso de aprendizagem individualizado e utilizando métodos e ferramentas que incentivam o processo de aprendizagem.

LITUÂNIA

A Lituânia pertence ao grupo de países que têm várias formas de integrar as NEE. Existem muitas variações entre dois sistemas: a) integração em instituições de ensino de massas com professores do ensino especial e pessoal de apoio; e b) escolas de educação especial. Em 1990, quando a Lituânia restaurou a sua independência, a educação especial dos alunos com deficiência passou a ser um percurso educativo integrado. O conteúdo da educação para os alunos com NEE é mais individualizado e diferenciado, permitindo-lhes estudar com os seus pares. Estes alunos aprendem modificando (sem restringir o conteúdo programático) ou adaptando (restringindo o conteúdo programático) o programa inicial e principal, em alguns ou em todas as disciplinas do ciclo de estudos.

A organização do sistema educativo, o desenvolvimento psicofísico, a adaptação social e a integração de alunos com NEE é um dos problemas teóricos e práticos mais críticos e difíceis. O objetivo é devolver e adaptar à sociedade as pessoas com atrasos de desenvolvimento ou deficiências e criar condições para que as mesmas possam ter uma vida tão normal quanto possível. É importante criar um ambiente no qual os aprendentes com NEE se sintam confiantes, possam superar o isolamento pessoal e social e se sintam úteis na sociedade. Uma das tarefas da educação especial é desenvolver um sentimento de autoestima, algo que muitos não têm desde os seus primeiros dias de vida.

As instituições de ensino profissional na Lituânia aperfeiçoaram a base de formação e aumentaram o número de locais de estágio, para que as pessoas com necessidades especiais pudessem adquirir a educação profissional que esteja de acordo com os avanços tecnológicos, com a cultura e competências pessoais atuais e que lhes proporcione oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. De acordo com o Ministro da Educação e Ciência da República da Lituânia, “as pessoas com necessidades educativas especiais que desejem adquirir a primeira qualificação têm a oportunidade de estudar com outros alunos, tendo os seus programas de formação profissional adaptados, e de usufruir de apoio pedagógico e obter uma qualificação.” Os alunos com necessidades educativas especiais são admitidos por decisão da comissão diretiva da instituição de educação, tendo em conta a sua formação, estado de saúde, motivação para estudar e competências específicas para a área de formação vocacional escolhida.

PORTUGAL

Portugal possui, no seu enquadramento político e estratégico, objetivos para a inclusão de pessoas com deficiência, conforme exposto em diversos documentos de referência. Em janeiro de 1990, foi legislado que ““Os alunos com necessidades educativas específicas, resultantes de deficiências físicas ou mentais, estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos da sua frequência.” Em 1991 foi adotado o quadro de referência que permitiu a definição de medidas educativas para os alunos com NEE que frequentavam as escolas públicas de educação básica e secundária. Mais tarde, em janeiro de 2008 (DL 3/2008), foram definidos os procedimentos de sinalização e avaliação. Este DL determina o apoio especializado a ser disponibilizado na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário dos setores públicos, privados e cooperativos.

Em Portugal, todas as escolas têm equipas capacitadas para apoiar crianças e jovens com NEE, com o nome de Serviços de Educação Especial. De acordo com a legislação atual, os Serviços de Educação Especial pressupõem um conjunto de recursos que disponibilizam serviços de apoio especializado, académicos, terapêuticos, psicológicos, sociais e clínicos, concebidos para responder às necessidades especiais do aluno com base nas suas características e de forma a maximizar o seu potencial. Tais serviços devem ser executados, sempre que possível, na sala de aula regular e deverão incidir sobre a prevenção, redução ou supressão do problema do aluno, seja ele mental, físico ou emocional, e/ou modificação de contextos de aprendizagem, para que ele possa receber a formação adequada às suas capacidades e necessidades.

A educação especial segue os princípios da justiça e da solidariedade social, não discriminação e combate à exclusão social, igualdade de oportunidades no acesso à educação e no sucesso educativo, envolvimento parental e confidencialidade da informação. Assim, escolas ou agrupamentos de escolas, estabelecimentos de ensino privado com paralelismo pedagógico, escolas profissionais, direta ou indiretamente financiadas pelo Ministério da Educação, não podem recusar a admissão de qualquer criança ou jovem com base na sua incapacidade ou necessidades educativas especiais. De facto, as crianças e jovens com necessidades educativas especiais têm prioridade na admissão. Do mesmo modo, crianças e jovens com necessidades educativas permanentes têm o direito ao reconhecimento da sua singularidade e à atribuição de respostas educativas adequadas.

No que diz respeito ao futuro do ensino especial em Portugal, o Governo formou um grupo de trabalho cuja função é rever a legislação atual, ajustá-la às reais necessidades das crianças e jovens, dos seus cuidadores, escolas e comunidades. Neste sentido, o trabalho envolveu os Ministérios da Educação e da Segurança Social com o objetivo de analisar diversos assuntos relacionados com a Educação Especial. Este trabalho, que durou mais de dois anos, levou o atual Governo a promover a construção de uma nova lei (DL 54/2018). A nova legislação, de uma forma geral, destaca e introduz o seguinte:

- A alteração de Educação Especial para o modelo de Educação Inclusiva implica que a ‘educação especial’ deixe de ter uma identidade distinta de educação e que toda a escola deve organizar-se para educar sem exceção todos os alunos.
- A abolição do termo Necessidades Educativas Especiais, o que implica assumir que todos os alunos têm necessidades educativas diferentes e que, mesmo que essas necessidades sejam menos habituais e específicas para algum deles, este facto não deve ser objeto de uma categorização distinta.
- O abandono da obrigatoriedade de referência à CIF (Classificação Internacional de Funcionalidades) para a elaboração do relatório de avaliação e para a definição das medidas educativas, dando origem a uma avaliação pós-referência realizada por uma equipa multidisciplinar de carácter essencialmente pedagógico.
- Um conjunto de medidas de intervenção multinível para suporte à aprendizagem e à inclusão, organizadas num “continuum” e definidas a partir do resultado da avaliação. Estas medidas abrangem todos os alunos que delas necessitem, seja de forma permanente ou temporária.
- A criação nas escolas de centros de apoio à aprendizagem assume um papel fundamental no cumprimento de uma educação inclusiva. Estas estruturas, que aglutinam as unidades especializadas criadas pela legislação anterior, podem constituir-se como uma referência

essencial de uma intervenção educativa inclusiva na medida em que agregam recursos, competências e saberes disponíveis e adequados para a prossecução deste objectivo.

- A existência na escola de uma equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva constitui, desde logo, uma referência de vinculação da escola ao cumprimento deste objetivo (educação inclusiva) e assegura uma transferibilidade e complementaridade de saberes e competências que é fundamental à construção e/ou consolidação de estratégias educativas inclusivas.

ESPAÑA

Em 1978, a Espanha tornou-se um país democrático após quarenta anos de ditadura. Durante o regime, os alunos com necessidades educativas especiais não tinham qualquer tipo de reconhecimento no Sistema Educativo. Contudo, com a chegada da democracia, foi dado o primeiro passo no reconhecimento dos alunos com NEE. No artigo 27.º da constituição espanhola é referido que a educação é um direito fundamental. Aliás, no artigo 49º, é estabelecido que o Governo deve desenvolver políticas públicas de integração de pessoas com NEE, no sentido de dar atenção e apoiar as suas necessidades. Foi alguns anos mais tarde, em 1982, que foi redigida a primeira lei, 13/1982 Ato de 7 de abril, relacionada com a integração social de cidadãos com deficiência. Tratou-se do desenvolvimento do artigo 49.º da Constituição. O Ato autorizou a criação de diversos serviços públicos a fim de corresponder às necessidades das pessoas com deficiência em todos os níveis e áreas do ensino público espanhol.

Ainda assim, foi com o Ato 1/1990 de 3 de outubro que os alunos com NEE foram reconhecidos como alunos que podiam alcançar, no mesmo Sistema, os objetivos educativos comuns. Além disso, em 1995 foi garantido que os alunos com NEE seriam colocados em centros públicos, independentemente do seu contexto económico, social ou cultural. Em 2002, o Ato 10/2002 de 23 de novembro alargou a definição de aluno com NEE ao incluir os alunos com menos oportunidades, migrantes e superdotados.

Durante mais de uma década, não houve mais regulamentação relativa aos alunos com NEE e o sistema público de ensino cuidou dos mesmos com recursos limitados e meios insuficientes. No entanto, em 2013, o governo estabelece a Lei 8/2013 de 9 de dezembro para aumentar a qualidade da educação. Esta lei estabelece as características desejáveis da educação espanhola: inclusiva, com igualdade de oportunidades, promotora de talentos, integradora e eficiente. Para alcançar esse objetivo, foi necessário seguir a Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 e a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006 como orientação e quadro de referência. Foi necessário alcançar as normas europeias de integração e algumas leis educativas tiveram de ser modificadas, nomeadamente o Ato 2/2000 de 3 de maio, o qual foi adaptado de forma a concretizar a integração, justiça e igualdade entre os alunos com NEE. Desde então, a legislação do Ensino Especial tem-se centrado em:

- Igualdade de oportunidades para o desenvolvimento da personalidade através da educação
- Igualdade de direitos e compensação da educação para as desigualdades pessoais
- Diagnóstico precoce e implementação de mecanismos de reforço para alcançar sucesso escolar
- Programas de reforço para alunos com NEE que se esforçam por aprender e estudar
- Avaliação contínua e interativa: adaptada às necessidades dos alunos
- Os centros públicos terão recursos suficientes para assegurar o desenvolvimento pessoal dos alunos

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

- As Administrações Educativas garantirão os recursos necessários para os alunos com NEE

O enquadramento nacional tem sido desenvolvido e adaptado aos desafios atuais dos alunos com NEE. No entanto, uma vez que a educação não é uma competência nacional, cada região possui diferentes protocolos para integrar os alunos com NEE. A sua maioria inclui o financiamento público como estratégia para integrar e apoiar o processo educativo destes alunos.

Será importante destacar que não há uma diferença clara entre os termos: aluno com deficiência e aluno com necessidades educativas especiais. Por isso, por vezes, os termos podem confundir as pessoas quando se fala sobre o assunto. Seria importante fixar definições e critérios para compreender as características dos alunos com NEE de acordo com as suas necessidades, para que a educação adaptada fosse direcionada de forma diferente.

BOAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CHIPRE

No Chipre, as escolas possuem unidades para o Ensino Especial, que funcionam em paralelo dentro do campo escolar. Os alunos recebem apoio por parte da equipa da educação especial, tendo simultaneamente a oportunidade de usufruir do ensino regular sempre que o mesmo se revelar apropriado ao aluno.

Existem dois esquemas piloto para apoio específico a alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) em contexto de sala de aula ou em paralelo com as aulas regulares.

Algumas Escolas do Ensino Especial têm workshops onde os alunos trabalham a madeira, joalheria e outros produtos artesanais para depois os vender ao público.

ITÁLIA²⁹

Projeto Atlântida 2

No âmbito deste projeto, a Região Piedmont oferece aos jovens adultos com autismo a possibilidade de se integrarem em contextos de trabalho, considerando as suas potencialidades e os seus desejos. O projeto é o resultado da colaboração entre a Secção de Turim e Canavese da ANGSA de Piemonte (Associação Nacional de Pais com Autismo) e a Sociedade Cooperativa Social Andirivieni de Rivarolo Canavese (Turim) com o envolvimento dos Serviços de Saúde.

A iniciativa inclui duas atividades específicas: 1) um curso de formação de 30 horas dirigido a profissionais (educadores e trabalhadores sociais e da área da saúde), professores e familiares das pessoas com autismo; e 2) experimentação prática nas áreas ocupacionais envolvendo jovens com autismo identificados em colaboração com os Serviços Sociais e de Saúde, entidade parceira no

²⁹ www.folignooggi.it, www.superando.it, www.abilitychannel.tv, www.agenziaformativa.va.it, www.regione.sicilia.it, www.retecittasane.it

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

projeto. As empresas envolvidas no projeto serão igualmente preparadas através de um percurso informativo destinado aos tutores e trabalhadores das empresas. Os jovens adultos poderão depois realizar estágio nessas mesmas empresas.

Projeto experimental ‘Crescer ajudando a crescer’

Com a conclusão do percurso escolar, é frequente as crianças autistas batalharem para conseguir encontrar um trabalho. De facto, não há cursos de formação que tenham em consideração um percurso específico e individualizado. Foi assim que surgiu o projeto experimental ‘Crescer ajudando a crescer’ em Roma, promovido pela Associação *Il filo della Torre ONLUS* em colaboração com o IV Município da Capital italiana. Os jovens adultos com autismo participaram neste projeto com o objetivo de desenvolver boas práticas de ajuda no processo de integração no mercado de trabalho dos jovens adultos com deficiência, através de uma formação em contexto de trabalho específica.

Cooperativa Il Gabbiano Verde

A cidade de Foggia, juntamente com a Rede Italiana das ‘Cidades Saudáveis WHO’, desenvolveram um projeto para a inclusão de cidadãos com deficiência física na Cooperativa *Il Gabbiano Verde*. Durante o curso de prática profissional, as pessoas com deficiência puderam adquirir competências na área do cuidado e manutenção de espaços verdes.

Objetivos do projeto:

- Oferecer a possibilidade ao indivíduo com dificuldades de participar na vida social, garantindo intervenções orientadas e contínuas, com vista à colocação em estágio, relacionamento e inclusão social
- Favorecer a inclusão social dos indivíduos mais fragilizados, com problemas mentais, através do trabalho, o qual constitui uma importante fase da reabilitação
- Promover a cultura de integração no mercado de trabalho de pessoas desfavorecidas
- Facilitar a ligação entre serviços que lidam com dificuldades, nomeadamente com a formação, orientação, emprego e colocação no território
- Efetivar o número de empresas disponíveis para concretizar os percursos de integração no mercado de trabalho
- Garantir às empresas e/ou cooperativas sociais onde se realizam as colocações intervenções de apoio técnico adequadas durante todo o processo (monitorização e tutorial das intervenções por pessoal especializado)
- Interligar recursos e oportunidades, com o objetivo de eliminar desigualdades e criar partilha

Principais atividades do projeto:

- Apoiar e acompanhar os indivíduos num estágio de formação específico, na conceção de um perfil específico das competências de trabalho das pessoas com deficiência mental, de modo a avaliar a sua empregabilidade
- Acompanhamento de um responsável pela colocação profissional e líder de equipa, em ligação com o Departamento de Saúde Mental da Autoridade Local de Saúde.
- Verificação dos percursos já iniciados, através de entrevistas com o indivíduo, com o objetivo de refazer a experiência e ultrapassar possíveis dificuldades

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

- No final do projeto, alguns dos incentivos das bolsas de emprego dos participantes assumiram um caráter permanente
- Projeto financiado pela iniciativa comunitária “Emprego e otimização dos recursos humanos”, o qual visa criar a possibilidade de integração no Mercado de trabalho de pessoas que vivem em condições de invalidez, no território da Sicília.

Centro de Reabilitação Danilo Pennestrì Onlus

Este Centro iniciou a sua atividade no início dos anos 80, indo ao encontro da necessidade, expressa por muitas famílias, de dar aos filhos com deficiência um serviço qualificado de reabilitação e com o objetivo ambicioso de criar uma estrutura, comum a todo o território, capaz de dar respostas assistidas e terapêuticas a um grupo de adultos com défices cognitivo, sensorial e/ou neuromotor.

Em 2005, graças à colaboração e doação de um forno elétrico para cerâmica pela empresa Vodafone, foi construído um laboratório protegido dentro da estrutura. Ao longo dos anos, a associação realizou um estágio de formação e orientação em colaboração com outra estrutura patrocinada pelo Departamento do Trabalho da Reggio Calabria dip. 10, e, posteriormente, assinou uma convenção de 11 meses para realizar a ‘experiência de trabalho’ promovida pela POR Calabria 2007/2013, a fim de desenvolver percursos de integração e melhorar a (re)integração de pessoas desfavorecidas, combatendo todas as formas de discriminação no mercado de trabalho. A Participação no ATI em nome do Município de Reggio Calabria, sob a gestão de uma RSE, para impulsionar pessoas desfavorecidas através da utilização de laboratórios educativos, com enfoque no laboratório cognitivo utilizando o software educativo adquirido no Centro de estudos Erikson. Assim, os jovens adultos com NEE poderão desenvolver novas aptidões e competências, facto que terá um impacto significativo na cidadania ativa.

LITUÂNIA

Desenvolver competências digitais nos jovens com necessidades especiais através da utilização de realidade virtual e gráficos 3D (The Povilas Visinskis Public Library of Siauliai County)

O Laboratório de Tecnologias Inovadoras Móveis foi idealizado para projetos para a juventude. A partir da utilização de equipamento laboratorial, foram organizadas atividades educativas na biblioteca e noutros locais. Durante três anos (2015-2017), foram organizadas diversas atividades educativas alcançando mais de 100 jovens com necessidades educativas.

Necessidades especiais e tecnologias são compatíveis e os projetos de juventude a seguir descritos provam isso mesmo. O projeto ‘Desenvolvimento de competências digitais nos jovens com necessidades especiais utilizando realidade virtual e gráficos 3D’, tem o objetivo de reduzir a exclusão digital e informativa de crianças e jovens com diversas disfunções (surdez, cegueira, intelectual, física, motora, espectro do autismo, mental) e criar as condições para uma socialização e integração eficaz na comunidade. Foram realizadas várias sessões educativas, nas quais os participantes no projeto aprenderam a utilizar tablets e computadores iPad e óculos de realidade virtual, observaram o funcionamento de uma impressora 3D, criaram ilustrações e contos infantis com o programa de computação gráfica *Bamboo* e o programa de gráficos 3D *Sculpt+* e testaram a simulação de ambientes

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

virtuais *CoSpaces*, *123D Design* e *Quiver Vision Programme*. De acordo com o professor da escola de ensino especial, as atividades educativas no campo da gestão tecnológica foram não apenas divertidas para os jovens, como também abriram a possibilidade de desenvolvimento de competências sociais e a integração na sociedade.

Experiência profissional de jovens com NEE nos países da UE

Os alunos com NEE têm a oportunidade de realizar um estágio no estrangeiro através do programa Erasmus+. O Centro de Estágio em Tecnologia e Reabilitação de Vilnius implementou o Projeto de Mobilidade Erasmus+. O objetivo do projeto é aumentar a competitividade dos jovens com NEE e facilitar a sua integração no mercado de trabalho, capacitando-os para a obtenção de qualificações em empresas internacionais. Durante um programa de estágio de 4 semanas na Estónia e na Alemanha, os jovens com NEE (das áreas de cozinha, carpintaria e construção) desenvolveram os seus conhecimentos e competências profissionais.

Centro de Reabilitação Valakupiai

Este instituto público proporciona, melhora e desenvolve constantemente serviços médicos, vocacionais e de reabilitação social, formação escolar e profissional a pessoas com deficiência e outras que sofrem de exclusão social ou problemas crónicos de saúde, de modo a proporcionar-lhes uma participação plena e equitativa, integração social e melhor qualidade de vida. No Centro, o programa de reabilitação profissional destina-se a pessoas certificadas com 0-45% de capacidade de trabalho. A reabilitação profissional é definida como a recuperação da capacidade de trabalho de uma pessoa, competência profissional e capacidade para participar no mercado de trabalho ou melhorar a sua participação através de meios educativos, psicológicos, de reabilitação, entre outros. O programa consiste em 4 etapas sequenciais: 1) avaliação das competências profissionais; 2) orientação e aconselhamento vocacional; 3) atualização das competências profissionais ou formação profissional; 4) apoio na procura de emprego e durante o mesmo.

Um exemplo de uma boa prática é o 'Video CV', o qual visa apoiar pessoas com deficiência no momento de procura de emprego, mostrando visualmente o CV pessoal de uma pessoa, o seu dia-a-dia e as competências profissionais para desempenhar uma tarefa. Os principais resultados obtidos são ao aumento da taxa de desemprego das pessoas com deficiência, a sensibilização dos empregadores para a deficiência e a maior capacitação e empoderamento das pessoas com deficiência. A criação do Video CV é composto pelos seguintes conteúdos:

- Sessão de capacitação/empoderação da pessoa, sessão de autoexploração para conhecer as suas competências, capacidades e características pessoais
- Workshops eficazes de auto-apresentação por meio de formação em vídeo
- Gravação do CV em vídeo e posterior edição
- Utilização do CV vídeo na procura de emprego
- Agentes envolvidos e respetivo papel: pessoas com deficiência; orientação escolar e vocacional, trabalhadores sociais e psicólogos; empregadores.

Muitos indivíduos com deficiência severa ou moderada são muito mais capazes do que parecem no papel, por exemplo num CV em papel. No momento da procura de experiência de trabalho – enquanto empregado, voluntário, estagiário – a maioria das vezes, os empregadores que não conhecem as deficiências acabam por se focar mais nas limitações do que nas capacidades. Um Vídeo CV é uma forma de mostrar a potenciais empregadores que as pessoas com deficiência têm as suas competências específicas que podem preencher bem as vagas existentes. As entidades empregadoras não são as únicas a poder utilizar o Vídeo CV, também os funcionários que vão trabalhar direta ou indiretamente com o candidato, por exemplo, um administrador, o podem fazer. Outro motivo para usar o Vídeo CV é o de combater as ideias erradas dos empregadores em relação às pessoas com deficiência. Muitos nunca tiveram qualquer tipo de experiência pessoal ou profissional com as mesmas e, como tal, o Vídeo CV é uma estratégia para demonstrar a capacidade de um indivíduo para cumprir uma determinada função no trabalho.

Fatores de sucesso:

- Curto e direcionado, já que a maioria das entidades empregadoras decidem sobre um potencial recrutamento 20 segundos depois de lerem um CV
- Vídeo profissional para ser mais apelativo
- Uma boa aparência representativa do candidato (roupas e cabelo limpos)
- Feedback do empregador: “Muitas vezes, as entidades empregadoras fazem julgamentos acerca das pessoas com deficiências. Esta é uma forma fantástica de lhes mostrar que tu és uma pessoa real com excelentes competências e talentos!”

A Biblioteca Viva

A Biblioteca Viva é um método educativo não-formal que promove a compreensão mútua, a tolerância e o respeito pelos direitos humanos. É constituído por Livros Vivos (pessoas que dão vida aos textos), bibliotecários e leitores. Os Livros Vivos são pessoas de grupos sociais vulneráveis (incluindo jovens que podem ter necessidades especiais, problemas de saúde mental, autismo, deficiência física, etc.) que sofrem discriminação ou preconceitos no seio da sociedade.

O Bibliotecário, um formador especializado, prepara os leitores para a leitura, estabelece as regras básicas, propõe a seleção de um livro a partir de um catálogo e acolhe o leitor na Biblioteca Viva (que pode ser um transeunte, participante, elemento dos grupos-alvo). As pessoas que vão visitar a biblioteca têm frequentemente muitas questões: o que devo perguntar ao Livro Vivo escolhido, como é que ele/ela se sente sobre isso, etc.

O processo de leitura é um diálogo aberto e sincero entre o Livro Vivo e o Leitor. O Leitor pode colocar questões do Livro Vivo e escutar respostas abertas. Ler transforma-se num espaço acolhedor de interação com um elemento de um grupo vulnerável da sociedade. Os bibliotecários acompanham de perto o processo de leitura e certificam-se do conforto da leitura. O tempo de leitura média é de 15-25 minutos, mas não existe um limite rigoroso. Frequentemente, o resultado da leitura é visível a olho nu: o leitor surge mais pensativo, mais positivo e enérgico, muitas vezes estabelece ligação com um ‘Livro’ ou partilha contactos. A leitura destrói a parede da ignorância e do medo, desenvolve a tolerância e a compreensão recíproca.

O método da Biblioteca Viva faz parte do Programa Educativo do Conselho dos Direitos Humanos dos Jovens Europeus. Incentiva os jovens a pensar, a despertar, a comprometer-se e surpreender – é apelativo e eficaz. O método da educação não-formal, que tem tido sucesso a nível global, foi introduzido na Lituânia em 2007 como parte da campanha do Conselho da Europa “Todos Diferentes – Todos Iguais”. Desde então, a importância e a popularidade do método tem crescido tanto junto da juventude como da sociedade, assim como das organizações não-governamentais e das instituições educativas.

PORTUGAL

Programa de inclusão Repsol³⁰

É um programa de formação para pessoas com diferentes capacidades com o intuito de as ajudar na sua integração profissional, nas estações de serviço da Repsol. Diversidade e equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal são programas prioritários. O plano de recrutamento para pessoas incapacitadas acontece não só em Portugal, mas também em Espanha, Brasil, Equador, Perú e Venezuela.

A Repsol está decidida a ajudar os jovens cidadãos portadores de deficiência a ingressar no mercado de trabalho. A empresa estimava que a partir de 2009 os trabalhadores com limitações representassem cerca de 2% do universo global da empresa e para atingir esta fasquia estabeleceu um protocolo com a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores (LPDM). O protocolo previa, na primeira fase, que a Repsol acolhesse, durante três meses, cinco estagiários portadores de deficiência na Gespost, a empresa que gere as estações de serviço.

O objectivo da empresa não se ficou pelo estágio. A meta da empresa, de acordo com o seu director de recursos humanos, Pedro Heras, “é oferecer a estes estagiários um contrato de trabalho”. O director de RH da Repsol acrescentou ainda que “apesar de acharmos que a iniciação ao mercado de trabalho constitui uma boa ajuda, o nosso objectivo é a criação de emprego sustentável”. Pedro Heras enfatizou a ideia de que “se bem recrutados e formados, estes trabalhadores são pessoas dedicadas, com grande capacidade de prestação de serviço aos clientes e com baixa rotação, pelo que são um activo muito importante para nós”.

Constatações que levaram a empresa a procurar a ajuda da LPDM no processo de recrutamento e selecção destes candidatos. “Em Espanha existe uma experiência bem sucedida com portadores de deficiência a trabalhar em estações de serviço da companhia. Ali são cerca de 300 colaboradores nestas condições e há estações de serviço completamente operadas por portadores de deficiência, com muito sucesso”, explica Pedro Heras. A vontade da empresa é alcançar em Portugal igual média.

Esta campanha de recrutamento arrancou em Lisboa, onde Pedro Heras prevê algumas dificuldades, nomeadamente “no transporte público destas pessoas”. Durante o estágio, os candidatos tinham uma bolsa num valor superior a 400 euros mensais, passando depois a contrato de trabalho remunerado em conformidade com o posto de trabalho.

O director de RH acredita que com este projecto a empresa vai conseguir dar um importante passo abrindo perspectivas de emprego e de futuro a estes jovens. Mas a Repsol não quer ficar por aqui e diz estar aberta à partilha de experiências com outras empresas que tenham os mesmos objectivos e semelhante posicionamento na meta de criar uma sociedade mais solidária, usando as boas práticas da sustentabilidade.

³⁰ www.repsol.com/imagenes/global/en/REPSOL_WhitePaper_accessible_EN_tcm14-32487.pdf

O curso de formação envolve 90 horas de teoria e prática e os participantes aptos recebem diplomas de acreditação. Antes de se concluir o curso, é realizada uma reunião para alocar estações de serviço a pessoas sem experiência profissional, em que participam entidades colaboradoras, gerentes das estações de serviço e formadores. A alocação é concretizada de acordo com a análise do progresso dos participantes ao longo do curso, do seu local de residência, acesso a veículo, etc., e das estações de serviço disponíveis para realizar a experiência de trabalho.

O programa inclui igualmente o ‘dia da integração’ para ajudar as pessoas com diferentes incapacidades a constituírem uma equipa de trabalho, e destina-se a gerentes das estações de serviço, de modo a ajudar as pessoas a integrarem-se na equipa da estação de serviço. No seguimento da sessão, a pessoa que será acolhida em cada estação de serviço é apresentada ao respetivo gerente, e o curso chega à sua etapa final. Esta experiência profissional tem a duração de 42 horas e acontece com a assinatura de acordos entre as entidades colaboradoras e as empresas anfitriãs. Os contratos, de duração variável, serão emitidos de acordo com o desempenho dos participantes ao longo da formação e as necessidades de cada local de trabalho.

CASCI

O Centro de Reabilitação Profissional funciona numa quinta com aproximadamente 12 hectares, localizada numa área rural e concentra respostas sociais, formação profissional e emprego protegido. Concentra-se na formação pessoal, social e profissional da população jovem e adulta com deficiência ou incapacidade.

Na área de reabilitação de pessoas com deficiência, o CASCI possui três Centros de Atividades Ocupacionais, com os seguintes objetivos:

- Promover a qualidade de vida, nas suas diversas dimensões
- Promover estratégias de reforço da autoestima, autonomia pessoal e social, garantindo as condições de estabilidade necessárias ao fortalecimento das suas capacidades e autonomia
- Proporcionar apoio à integração social através do desenvolvimento de atividades socialmente úteis, facilitando eventualmente o acesso à formação profissional e emprego
- Privilegiar a interação com a família e a comunidade, de modo a otimizar os níveis de atividade e participação social
- Contribuir para a promoção de uma sociedade inclusiva, apoiando a participação em atividades e contextos sociais

Centros de Recursos para a Inclusão³¹

Os CRI são promovidos pelo Ministério da Educação e implementados em várias instituições educativas em Portugal. Os CRI têm como missão a promoção da inclusão de crianças e jovens com deficiência a frequentar estabelecimentos de ensino, através da facilitação do acesso à educação, formação, lazer, participação social e vida autónoma, promovendo o potencial máximo de cada

³¹ www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/cri_reorientacao.pdf

indivíduo, em parceria com estruturas da Comunidade. Os seus objetivos são:

- A deteção precoce de casos de necessidades educativas especiais e permanentes, resultantes de alterações funcionais e estruturais, com limitações significativas ao nível da atividade e participação em um ou mais domínios da vida
- A distinção entre alunos com necessidades educativas especiais, de natureza permanente, e alunos com dificuldades de aprendizagem
- A participação em equipas multidisciplinares, pertencentes a estabelecimentos de ensino regular, numa lógica de intervenção ecológica
- A promoção da escola e da inclusão social de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, de natureza permanente, através do encaminhamento para terapias educativas apropriadas ou respostas para cada indivíduo
- A disponibilização de apoio técnico especializado, o qual propicia a capacitação de competências pessoais e sociais de alunos com deficiências, necessárias à inclusão social
- A elaboração e implementação de planos individuais de transição, de modo a desenvolver um projeto de vida, com vista à futura inclusão na vida social ativa
- A colaboração com serviços educativos formais na conceção e implementação de recursos educativos adaptados, com o objetivo de reduzir as barreiras aos indivíduos com deficiência
- A formação de professores e famílias dos alunos com necessidades educativas especiais permanentes, em estratégias de intervenção e identificação de redes de apoio na comunidade
- A colaboração com o pessoal docente no desenvolvimento de ações de sensibilização sobre necessidades educativas especiais
- A redução do absentismo e do abandono escolar precoce
- A promoção do sucesso escolar, autonomia, capacidade de tomada de decisão do aluno com deficiência
- A promoção do envolvimento da família nos assuntos escolares
- O aumento da consciencialização da comunidade empresarial face à integração de trabalhadores com deficiência.

ASSOL³²

A ASSOL foi criada para ser um instrumento facilitador das respostas da comunidade às necessidades detetadas. A sua finalidade é fazer com que as estruturas de apoio a adultos deixem de ter recursos humanos limitados e possam operar numa lógica próxima de um serviço de porta aberta, para onde se possa ligar sempre que alguém precisar. Os principais objetivos são:

- Promover a adaptação e integração das pessoas com deficiência, na família, na escola e na sociedade
- Fazer todos os esforços no sentido de estimular, orientar e sensibilizar os pais para proporcionar ou aceitar a colaboração ativa de todas as pessoas singulares ou coletivas que sigam os mesmos objetivos da associação
- Preparar a integração de crianças com deficiência nos estabelecimentos de ensino regular
- Procurar a criação de atividades estruturadas de forma a permitir a ocupação profissional das pessoas com deficiência

³² www.assol.pt

A ASSOL possui uma plataforma de cuidados a pessoas apoiadas no exterior pela associação e será sempre um objetivo garantir que todas as pessoas são apoiadas. Isto pressupõe que cada pessoa possa:

- Expressar os seus sonhos
- Fazer escolhas
- Participar na definição da sua formação individual
- Participar na resolução dos seus problemas
- Aprender em diferentes contextos – aprender fazendo
- Usufruir das redes sociais
- Ter controlo sobre os eventos das suas vidas

Programa Erasmus +

Os alunos com NEE, cada vez mais, têm a oportunidade de realizar um estágio no estrangeiro através do programa Erasmus+. A AEVA não só através do seu projeto acreditado no âmbito do VET Charter, mas também no âmbito dos seus projetos em consórcio com escolas da região, tem submetido candidaturas, anualmente, para enviar jovens adultos para uma formação em contexto de trabalho transnacional. O objetivo do projeto é, também, aumentar a competitividade dos jovens com NEE e facilitar a sua integração no mercado de trabalho, capacitando-os para a obtenção de qualificações em empresas internacionais. Durante um programa de estágio de 2 semanas na Finlândia e Espanha, os jovens com NEE (das áreas de Organização de eventos, animação sociocultural e cozinha) desenvolveram os seus conhecimentos e competências profissionais.

ESPAÑA

Ensino Médio adaptado aos alunos com NEE (Fundação Cade)

A Fundação CADE, Centro para a Diversidade Educativa, e uma escola secundária privada de Madrid criaram um Baccalaurean para alunos com NEE. Trata-se de um programa de dois anos especializado para alunos com: dislexia, Perturbação Específica da Linguagem (PEL), Distúrbio de Déficit de Atenção e Hiperatividade (DDAH) e transtorno de aprendizagem não-verbal. O programa visa capacitar os alunos com NEE para desenvolverem o seu potencial pessoal. O *Coaching* é a ferramenta utilizada pelo psicólogo para orientar os alunos ao longo dos dois anos do seu programa de estudo. A fundação ensina os alunos com NEE a desenvolver técnicas de estudo, competências de execução e educação emocional. A Fundação CADE dá bastante ênfase à autoestima, control emocional e autoconfiança.

Contudo, o preço do programa de dois anos não é acessível a muitos alunos. É pedido às famílias o pagamento de 7950 euros para inscrever os alunos no programa. Por outro lado, não há qualquer informação sobre a existência de uma bolsa para frequentar o curso.

Formação e sensibilização de professores (APNADAH – ADHS Associação de Pais)³³

A APNADAH, em colaboração com o Município de Valência, tem promovido um projeto de formação em educação especial para professores. A associação dá formação aos professores sobre DDAH e

³³ www.apnadah.org

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

orientam-nos sobre a forma como devem ensinar os alunos com NEE. Por outro lado, a APNADAH desenvolveu uma página de internet com diferentes exercícios e metodologias de aprendizagem para educadores. A sensibilização é igualmente um elemento-chave do projeto, no âmbito do qual realizam workshops e palestras para que os alunos possam entender que a diversidade enriquece o Sistema educativo. A associação tenciona assim dar visibilidade ao DDAH e dispõe igualmente atividades de tempos livres para crianças com DDAH e apoia as suas famílias.

Cooperativa de aprendizagem intergeracional (Fundação Montemadrid)³⁴

A escola tem diferentes grupos de NEE em todos os níveis de ensino e pensou que seria benéfico para a comunidade escolar partilhar espaços e atividades dentro e fora de grupos de alunos com NEEs.

Desde 2008, e todos os anos, a escola inicia um programa no qual os alunos do 1º ciclo partilham as suas atividades com jovens de uma turma de NEEs. Em conjunto, conversam sobre temas polémicos como a tolerância, deficiência, respeito pela diferença. Graças à partilha de aprendizagens entre ambos os grupos, os alunos da escola primária e os alunos com NEE desenvolveram as suas competências sociais e de comunicação. Devido às NEE, o processo é explicado a cada participante através do uso de pictogramas que facilitam a integração dos alunos com NEE. Os professores tornam-se mediadores da comunicação entre os alunos com NEE e os da escola primária.

Workshop ‘O livro das nossas emoções’ (Escola Secundária Antonio Machado)

A escola é um centro educativo público em Madrid com um perfil de alunos bastante diversificado e, conseqüentemente, com diferentes necessidades. Os grupos de alunos com NEE eram maioritariamente da área da formação profissional, em especial relacionada com o trabalho em couro/pele. Os alunos aprenderam a trabalhar com couro/pele e a criar produtos a partir dos mesmos. Por outro lado, havia um grupo de alunos com NEE reunidos de acordo com a sua origem imigrante: a sua maioria enfrentava dificuldades com a língua e a expressão oral.

Por esse motivo, a escola pensou que poderia ser interessante realizar três workshops onde ambos os grupos pudessem reunir e trabalhar em conjunto para fazer algo comum: um livro de emoções. Foi utilizado um livro de emoções para também compreender como os jovens de ambos os grupos se sentiam. Alguns tinham antecedentes de NEE ou deficiências, enquanto outros eram de origem imigrante e estavam num processo de adaptação. Na primeira sessão, os grupos trabalharam separadamente: o grupo de alunos com NEE fizeram uma capa de couro para o livro o outro traduziu as suas emoções para a sua língua materna. Na segunda sessão, os grupos foram misturados e ouviram uns dos outros o que cada um tinha estado a fazer na sessão anterior. Na última sessão, ambos os grupos foram divididos em pares, sendo que os alunos com NEE tinham de explicar aos restantes alunos como se utilizava o couro e os alunos imigrantes tinham de falar sobre a sua terra natal, a sua língua, cultura, etc.

Esta atividade ajudou ambos os grupos a conhecer pessoas diferentes do mesmo contexto local e desenvolver as suas competências sociais e de comunicação. Todos os alunos avaliaram o projeto como bastante útil e motivador.

³⁴ www.fundacionmontemadrid.es

DESAFIOS NA EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO A JOVENS ADULTOS COM NEE

Como parte integrante das atividades de investigação no âmbito do projeto SENpower, foi desenvolvido um questionário comum com o intuito de identificar os desafios educativos para o ensino do empreendedorismo a alunos com NEE.

Um total de 86 especialistas dos cinco países participantes avaliaram a importância dos seguintes aspetos no desafio do ensino do empreendedorismo a alunos com NEE:

- Adaptar o padrão da educação para o o empreendedorismo a alunos com NEE
- Promover um contexto inclusivo para a educação para o empreendedorismo
- Garantir que todos os alunos com NEE têm igual acesso à educação para o empreendedorismo
- Combinar diversos métodos didáticos para ensinar competências empreendedoras a alunos com NEE
- Utilizar as TIC na educação para o empreendedorismo
- Dominar a educação para o empreendedorismo
- Dominar o ensino especial
- Ter recursos suficientes para uma aprendizagem à medida no âmbito do empreendedorismo
- Ter uma equipa multidisciplinar na educação para o empreendedorismo
- Promover um ambiente de aprendizagem onde os alunos com NEE se sintam mais auto-orientados e menos superprotegidos
- Envolver a comunidade local na educação para o empreendedorismo dos jovens adultos com NEE

O gráfico abaixo resume os resultados globais e por país, e apresenta a percentagem do número de peritos que considera os aspectos acima referidos como desafios importantes. Considerando as avaliações globais, em média dos 11 aspectos avaliados, apenas um, "Dominar a educação para o empreendedorismo, como profissional", foi avaliado por menos da metade das respostas (ou seja, 39%) como alta, sendo todos os outros 10 aspectos avaliados como alta entre 54% e 70% dos especialistas nos países participantes. "Promover um contexto inclusivo para o ensino do empreendedorismo" foi o aspecto que obteve maior pontuação (ou seja, 70%). Estes resultados demonstram claramente que todos estes aspetos são críticos no ensino do empreendedorismo aos alunos com NEE e vistos como desafios pelos profissionais.

Uma análise por país mostra que, por exemplo no Chipre, em média, 79% dos peritos consideram estes aspectos como desafios importantes, enquanto na Lituânia apenas 43%, seguindo-se a Itália com 50%. Portugal e Espanha apresentam resultados semelhantes, com cerca de 60% dos profissionais a avaliarem estes aspetos como críticos.

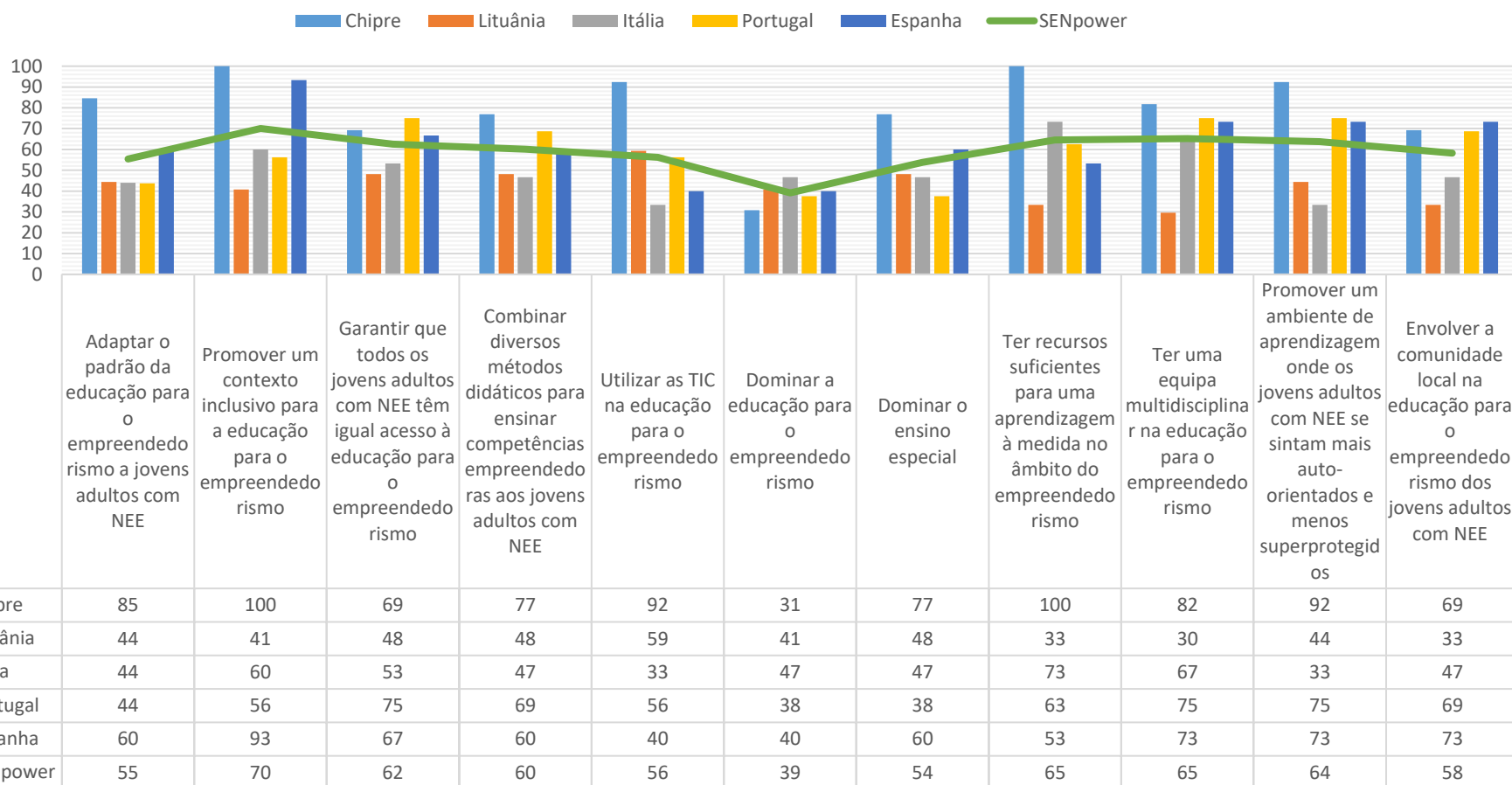
Além disso, o grupo de peritos enumerou, também, os seguintes desafios:

- Para lidar com a falta de motivação, dificuldades psicológicas e competências sociais
- Assegurar a prestação de um apoio complexo e adequado
- Promover o (auto-)emprego de jovens com NEE
- Ensinar competências críticas de trabalho aos alunos com NEE, tais como gestão do tempo
- Orientar os alunos com NEE na escolha de uma especialidade de trabalho

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens adultos com NEE

- Ter um número restrito de alunos na sala de aula de forma a permitir a educação para o empreendedorismo aos alunos com NEE
- Lidar com a falta de apoio da comunidade (por exemplo, influência negativa do ambiente, bullying, envolvimento em atividades nocivas)
- Promover a integração dos alunos com NEE em pequenas empresas que valorizem verdadeiramente as suas capacidades
- Eliminar as diferenças de género
- Promover a troca de experiências entre a comunidade educativa e o meio empresarial
- Dispor de recursos adequados das autoridades locais/nacionais para implementar a educação para o empreendedorismo
- Lidar com a falta de motivação, dificuldades psicológicas e competências sociais
- Garantir a disponibilização de um apoio complex e adequado
- Promover o (auto)emprego dos jovens com NEE
- Ensinar competências críticas de trabalho a alunos com NEE, tais como a gestão do tempo
- Orientar os alunos com NEE na escolha de uma especialidade de trabalho
- Ter um número reduzido de alunos numa sala de aula de forma a permitir a educação para o empreendedorismo dos alunos com NEE
- Superar a falta de apoio da comunidade (ex. Influência negativa do ambiente circundante, bullying, envolvimento em práticas perigosas)
- Promover a integração de alunos com NEE em empresas que potenciem realmente as suas capacidades
- Eliminar diferenças de género
- Promover a partilha de experiências entre a comunidade comunicativa e o mundo empresarial
- Receber recursos adequados das autoridades locais/nacionais a fim de implementar a educação para o empreendedorismo

Desafios na educação para o empreendedorismo a jovens adultos com NEE nos países participantes



Nota: Valores em percentagem



Capacitar jovens adultos com Necessidades Educativas Especiais

Intellectual Output 1

Guia para a Educação e Desenvolvimento de Competências Empreendedoras junto de jovens com NEE